

## PROGRAMA OPERACIONAL DE COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL PARA O ESPAÇO ATLÂNTICO 2007-2013

### Relatório de Avaliação Ambiental Estratégico

*Madrid, 29 Janeiro de 2007*

Orense, 25  
E-28020 **Madrid** - ESPAGNE  
Tel +34 91 5980851  
Fax +34 91 5563466

13b Avenue de Tervuren  
B-1040 **Brussels** - BELGIQUE

12-26 Albert Street  
**Birmingham** B4 7 UD  
ROYAUME UNI

Rose Court  
2 Southwark Bridge  
**London** SE1 9HS  
ROYAUME UNI

31-32 Park Row  
**Leeds** LS 5JD UK  
ROYAUME UNI  
Sophia House

Friary House  
Greyfriars Place  
**Cardiff** CF10 3AE  
ROYAUME UNI

Tower Business Centre - Portland  
Tower  
Portland Street  
**Manchester** M1 3LF  
ROYAUME UNI

## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>3</b>
<b>1. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA NO ÂMBITO DO ESQUEMA DE AVALIAÇÃO EX ANTE .....</b>	<b>4</b>
1.1 Introdução .....	4
1.2 Conteúdo do Relatório de Avaliação Ambiental Estratégico .....	4
1.3 Determinar os efeitos ambientais e a sua importância .....	6
<b>2. CONTEÚDO DO PROGRAMA OPERACIONAL DE COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL PARA O ESPAÇO ATLÂNTICO 2007-2013: PRIORIDADES, OBJECTIVOS E ACÇÕES .....</b>	<b>8</b>
2.1 Estratégia do Programa .....	8
2.2 Prioridades e objectivos específicos .....	11
2.2.1 PRIORIDADE 1: PROMOVER REDES TRANSNACIONAIS DE INOVAÇÃO .....	11
2.2.2 PRIORIDADE 2: PROTECÇÃO, SALVAGUARDA E MELHORAMENTO DA SUSTENTABILIDADE DO AMBIENTE MARINHO E COSTEIRO .....	12
2.2.3 PRIORIDADE 3: MELHORAR O ACESSO E AS LIGAÇÕES INTERNAS .....	13
2.2.4 PRIORIDADE 4: PROMOVER SINERGIAS TRANSNACIONAIS NO DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL TRANSNACIONAL SUSTENTÁVEL .....	13
<b>3. ESTADO ACTUAL DO AMBIENTE NO ESPAÇO ATLÂNTICO .....</b>	<b>15</b>
3.1 Considerações gerais sobre o ambiente e a política ambiental da Europa .....	15
3.2 Desenvolvimento económico e pressões relacionadas sobre o ambiente .....	16
3.2.1 ENERGIA .....	16
3.2.2 TRANSPORTE .....	17
3.2.3 TURISMO .....	17
3.2.4 AGRICULTURA .....	18
3.2.5 PESCAS .....	18
3.2.6 O PATRIMÓNIO MARÍTIMO .....	19
3.2.7 INVESTIGAÇÃO .....	19
3.2.8 A DESLOCAÇÃO COSTEIRA DA URBANIZAÇÃO .....	19
3.3 Desenvolvimento ambientais .....	20
3.3.1 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS .....	20
3.3.2 REDUÇÃO DO OZONO ESTRATOSFÉRICO .....	20
3.3.3 POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA .....	20
3.3.4 RESÍDUOS .....	21
3.3.5 ÁGUA .....	21
3.3.6 RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS .....	21
3.3.7 BIODIVERSIDADE .....	22

<b>4. ENQUADRAMENTO DE POLÍTICA AMBIENTAL .....</b>	<b>23</b>
4.1 Introdução .....	23
4.2 Prioridades do Programa de Acção em Matéria de Ambiente 2002-2012 .....	23
4.2.1 PRIORIDADE 1: ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS .....	23
4.2.2 PRIORIDADE 2: NATUREZA E BIODIVERSIDADE .....	24
4.2.3 PRIORIDADE 3: AMBIENTE, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA .....	25
4.3 Estratégias Ambientais Temáticas .....	26
4.3.1 POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA .....	27
4.3.2 PREVENÇÃO E RECICLAGEM DE RESÍDUOS .....	27
4.3.3 PROTECÇÃO E CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE MARINHO .....	28
4.3.4 PROTECÇÃO DO SOLO .....	28
4.3.5 UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DE PESTICIDAS .....	29
4.3.6 UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS .....	29
4.3.7 DESENVOLVIMENTO URBANO .....	29
<b>5. AVALIAÇÕES AMBIENTAIS DO PROGRAMA ESPAÇO ATLÂNTICO .....</b>	<b>31</b>
5.1 Avaliação da relevância e consistência entre o Programa Espaço Atlântico e a Política Ambiental da UE .....	31
5.2 Avaliação do Impacto Ambiental do Programa Espaço Atlântico .....	37
5.3 Conclusões da avaliação ambiental .....	51
<b>6. MEDIDAS E CONTROLO .....</b>	<b>53</b>
6.1 Selecção de projectos e procedimentos de controlo .....	53
6.2 Sugestões relativas à selecção e controlo de projectos .....	53
6.3.1 PROCEDIMENTO DE SELECÇÃO .....	53
6.3.2 CONTROLO .....	55
<b>7. RESUMO NÃO TÉCNICO .....</b>	<b>56</b>
7.1 Introdução .....	56
7.2 Conteúdo do Programa Operacional Espaço Atlântico .....	56
7.3 Estado actual do ambiente no Espaço Atlântico .....	58
7.4 Enquadramento político ambiental .....	58
7.5 Avaliação ambiental do Programa Espaço Atlântico .....	60
7.6 Conclusões da avaliação ambiental .....	62
7.7 Sugestões para os procedimentos de selecção de projectos e controlo .....	62

## PREFÁCIO

A ECOTEC Research and Consulting foi encarregada pela Autoridade de Gestão do Espaço Atlântico de fazer a avaliação *ex ante*, bem como a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Programa Operacional (PO) para o Objectivo de Cooperação Territorial Transnacional para o Espaço Atlântico no período de 2007-2013.

O presente relatório contém o **Relatório de Avaliação Ambiental Estratégico** preparado pela equipa de avaliação deste Programa, que será sujeito a uma consulta pública aberta de acordo com a Directiva 2001/42/CE sobre a avaliação do efeito de certos planos e programas sobre o ambiente.

Reúne uma análise sobre o estado actual do ambiente no Espaço Atlântico e a avaliação Ambiental do Programa, no que respeita tanto a consistência em relação à política ambiental da UE e o impacto ambiental previsto para o Programa no período de 2007-2013.

A não ser que afirmado de outro modo, o conteúdo deste relatório baseia-se na versão mais recente do PO disponível na altura da redacção: a Versão do Programa Operacional Preliminar datada de Janeiro de 2007.

Foi aplicada uma única abordagem para todos os países envolvidos no Programa no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica. Representantes de diferentes Estados-Membros, membros de Grupos de Trabalho e entidades administrativas ambientais estão a ser envolvidos no processo de AAE desde uma fase inicial (fase de selecção).

De acordo com o estipulado pela directiva AAE acima mencionada, será efectuada uma consulta pública tendo por base o seguinte:

- As entidades administrativas ambientais dos estados-membros foram contactadas de uma forma activa e numa fase inicial do processo relacionado com o âmbito e procedimentos da AAE (Outubro de 2006).
- Será efectuada uma consulta oficial para o público e autoridades ambientais, tendo início a 31 de Janeiro de 2007.

## **1. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA NO ÂMBITO DO ESQUEMA DE AVALIAÇÃO EX ANTE**

### **1.1 Introdução**

Esta avaliação ambiental é levada a cabo de acordo com a Directiva Europeia 2001/42/CE relativa à avaliação do efeito de determinados planos e programas no ambiente: a Directiva de AAE (Avaliação Ambiental Estratégica). No Anexo I desta Directiva, é indicado o conteúdo do relatório ambiental. No Anexo 3 do Documento de Trabalho relativo à Avaliação Ex ante<sup>1</sup>, são fornecidas linhas orientadoras sobre como lidar com os requisitos de avaliação ambiental no âmbito do quadro de Avaliação *Ex ante* dos Fundos Estruturais e de Coesão.

O objectivo da Directiva AAE é “estabelecer um nível elevado de protecção do ambiente e contribuir para a integração de considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas com vista a promover um desenvolvimento sustentável”. Será efectuada uma Avaliação Ambiental Estratégica para programas e planos com possibilidades de virem a ter um impacto ambiental significativo:

1. que tenham sido preparados para agricultura, silvicultura, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão de água, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos, e que constituam enquadramento para a futura aprovação dos projectos enumerados nos Anexos I e II da Directiva 85/337/CEE (AIA = Avaliação de Impacto Ambiental);
2. que atendendo aos seus eventuais efeitos em sítios protegidos, tenha sido determinado que é necessária uma avaliação nos termos dos Artigos 6º ou 7º da Directiva 92/43/CEE (Directiva para Habitats).

Este relatório é uma avaliação ambiental do Programa Espaço Atlântico Preliminar.

### **1.2 Conteúdo do Relatório de Avaliação Ambiental Estratégico**

De acordo com o Anexo I da Directiva 2001/42/CE, o relatório ambiental é composto pelos seguintes elementos:

1. uma descrição do conteúdo, dos principais objectivos do plano ou programa e a sua relação com outros planos e programas pertinentes;
2. os aspectos pertinentes do estado actual do ambiente e da sua provável evolução se não for aplicado o plano ou o programa;

---

<sup>1</sup> C.E. Outubro de 2005. O novo período do programa, 2007-2013: Esboço de Documentos Metodológicos de Trabalho sobre Avaliação Ex ante.

3. as características ambientais das zonas susceptíveis de serem significativamente afectadas;
4. todos os problemas ambientais existentes que sejam relevantes para o plano ou programa, incluindo, em particular, os relacionados com todas as zonas de especial importância ambiental, tal como as zonas designadas nos termos das Directivas 79/409/CEE e 92/43/CEE;
5. os objectivos de protecção ambiental, estabelecidos a nível internacional, comunitário ou dos Estados-Membros pertinentes para o plano ou programa e a forma como estes objectivos e todas as outras considerações ambientais foram tomadas em consideração durante a sua preparação;
6. os eventuais efeitos significativos<sup>2</sup> no ambiente, incluindo questões como a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, o ar, os factores climáticos, os bens materiais, o património cultural, incluindo o património arquitectónico e arqueológico, a paisagem e a inter-relação entre os factores supracitados;
7. as medidas visam prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa;
8. um resumo das razões que justificam as alternativas escolhidas e uma descrição do modo como se procedeu à avaliação, incluindo todas as dificuldades encontradas na recolha das informações necessárias (como, por exemplo, as deficiências técnicas ou a ausência de conhecimentos);
9. uma descrição das medidas de controlo previstas;
10. um resumo não técnico das informações fornecidas ao abrigo das alíneas anteriores.

Neste relatório ambiental, os elementos supracitados serão descritos em cinco capítulos principais:

1. Capítulo 2: Descrição do programa (ponto 1);
2. Capítulo 3: Descrição de aspectos pertinentes do estado actual do ambiente no Espaço Atlântico (pontos 2 a 4);
3. Capítulo 4: Descrição do enquadramento político ambiental (ponto 5), baseado no Sexto Programa Comunitário de Acção em Matéria de Ambiente 2002-2012 e as suas 7 Estratégias Temáticas;
4. Capítulo 5: Descrição dos eventuais efeitos significativos do programa no ambiente (ponto 6);
5. Capítulo 6: Descrição das medidas para prevenir, reduzir ou eliminar estes efeitos, incluindo medidas de controlo (pontos 7 e 9).

---

<sup>2</sup> Nesses efeitos deverão incluir-se os efeitos secundários, cumulativos, sinérgicos, de curto, médio e longo prazo, permanentes e temporários, positivos e negativos.

Uma vez que as alternativas potenciais (ponto 8) tratam sobretudo da escolha de objectivos, acções e da distribuição interna de meios financeiros, este ponto será também tratado no capítulo “medidas e controlo”. O relatório ficará concluído com um capítulo introdutório e um resumo não técnico (ponto 10).

### **1.3 Determinar os efeitos ambientais e a sua importância**

O Anexo II da Directiva 2001/42/CE descreve os critérios para determinar a eventual importância dos efeitos ambientais:

As características do programa:

- o grau segundo o qual o programa define um enquadramento para projectos e outras actividades, quer no que respeita a localização, natureza, dimensão e condições de operação ou pela atribuição de recursos;
- o grau segundo o qual o programa influencia outros planos e programas, incluindo aqueles sujeitos a uma hierarquia;
- a relevância do programa para a integração de considerações ambientais, em particular com vista a promover um desenvolvimento sustentável;
- problemas ambientais relevantes para o programa;
- a relevância do programa para a implementação de legislação Comunitária relativa ao ambiente (por exemplo, gestão de resíduos, protecção da água, etc.).

1. Características dos efeitos e da área susceptível de ser afectada, tendo particular atenção quanto à:

- probabilidade, duração, frequência e reversibilidade dos efeitos;
- a natureza cumulativa dos efeitos;
- a natureza transfronteiriça dos efeitos;
- os riscos do ambiente para a saúde humana (por exemplo, devido a acidentes);
- a magnitude e extensão espacial dos efeitos (área geográfica e tamanho da população susceptível de ser afectada);
- o valor e a vulnerabilidade da área previsivelmente afectada devido a características naturais especiais ou ao património cultural, padrões de qualidade ambientais excepcionais ou valores limitados e/ou a utilização intensiva do solo;
- os efeitos em áreas ou paisagens que têm um estatuto de protecção nacional, comunitário ou internacional reconhecido.

O Programa Espaço Atlântico define um enquadramento para projectos de orçamento reduzido ou "ligeiros" (não estruturais) de cooperação internacional dentro do Espaço Atlântico. Existem várias considerações ambientais com vista a promover um desenvolvimento sustentável no Programa Espaço Atlântico. Além disso, o Programa Espaço Atlântico é coerente com políticas e objectivos ambientais da UE.

No entanto, deve ser salientado que o Programa Espaço Atlântico não define directrizes vinculativas para outros planos ou programas.

Uma vez que o Programa Espaço Atlântico é um enquadramento de políticas e financiamentos para potenciais projectos mas não inclui, em si próprio, projectos concretos, a descrição de efeitos e medidas será feita a um nível estratégico e generalizado.

A descrição de efeitos ambientais será apresentada como tabelas compactas e com textos breves e sucintos (por alíneas). Para cada prioridade, objectivo e acção (potencial) do Programa Espaço Atlântico, a primeira tabela tratará da consistência com / relevância para a política ambiental europeia e a segunda tabela com uma descrição dos efeitos significativos para cada aspecto ambiental.



## **2. CONTEÚDO DO PROGRAMA OPERACIONAL DE COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL PARA O ESPAÇO ATLÂNTICO 2007-2013: PRIORIDADES, OBJECTIVOS E ACÇÕES**

### **2.1 Estratégia do Programa**

A estratégia corresponde às oportunidades e ameaças identificadas da área de cooperação territorial transnacional do Espaço Atlântico, definindo um objectivo suprajacente e definindo eixos de prioridade para o período do programa entre 2007-2013. As prioridades do Programa têm em consideração as Orientações Estratégicas Comunitárias para a Coesão. As prioridades identificam o raio das acções e dos projectos nacionais previstos para atingirem os objectivos prioritários;

Enquanto que a área de cooperação dá, deste modo, uma importante contribuição para a concretização desses objectivos definidos na estratégia de Lisboa-Gotemburgo, os programas de cooperação transnacional prévios [Atlantis e programas no âmbito do INTERREG IIC (1997-1999) e INTERREG IIIB (2000-2006) anteriores] tiveram por objectivo aumentar a integração territorial promovendo um desenvolvimento espacial equilibrado e apoiando redes de cooperação duradouras entre organizações e instituições dentro do Espaço Atlântico. Contudo, o Espaço Atlântico é um território diversificado no qual os desequilíbrios regionais continuam a constituir um desafio para a integração regional e outros esforços de cooperação são considerados necessários para melhorar a integração e coerência desta macro-região.

O Programa Espaço Atlântico (2007-2013) apresenta a próxima fase de cooperação territorial transnacional na região, baseando-se nos resultados dos programas que o antecederam. O processo de aprendizagem mútuo para este período visa obter melhor coesão territorial através da cooperação transnacional, reforçando, deste modo, a competitividade e sustentabilidade da área de cooperação. Fazendo isso, o Programa Operacional aborda os desafios formulados pelas estratégias de Lisboa e de Gotemburgo da UE para se tornar a economia baseada no conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de um crescimento económico sustentável com mais e melhores empregos, maior coesão social e padrões de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis.

O Programa Espaço Atlântico 2007-2013 – reflectindo as orientações e tendências da situação sócio-económica da região – tratará das questões que requeiram intervenção ao nível transnacional. O Programa Espaço Atlântico concentrar-se-á na necessidade de reforçar a economia de conhecimento fornecendo um ambiente mais conducente à inovação (sobretudo na economia marítima) contribuindo, deste modo, para a manutenção da competitividade da área de cooperação. Procurará manter o ambiente marinho natural e costeiro naturais e o património cultural da região atenuando impactos ambientais

negativos no território. Tratará das disparidades na região com vista a atingir uma maior acessibilidade e conectividade em todo o território e um padrão de aplicação equilibrado. O Programa também promove o reforço activo do desempenho de redes urbanas e regionais. Fazendo isso, o Programa Espaço Atlântico não substituirá nenhum programa nacional ou financiado pela UE em áreas relacionadas, mas concentrar-se-á na obtenção de mais valor demonstrando a dimensão transnacional e territorial das acções previstas.

As operações financiadas no âmbito do Programa de cooperação territorial transnacional para o Espaço Atlântico são separadas de todas as iniciativas financiadas no âmbito inter-fronteiriço pelas seguintes razões: a cooperação transnacional envolve regiões maiores do que as que compõem a cooperação inter-fronteiriça. Além disso, os programas transnacional concentram-se em acções de relevância para o território transnacional, ou seja, questões que os estados-nações ou regiões não podem solucionar sozinhos ou para os quais a cooperação transnacional trás vantagens consideráveis. A sua área de operação é, por conseguinte, distinta, tal como os tipos de projectos que serão financiados no novo período do programa.

O objectivo global do Programa Operacional Espaço Atlântico para o desenvolvimento territorial transnacional (2007-2013) é o seguinte:

Contribuir para a coesão territorial do Espaço Atlântico, reforçando a cooperação transnacional que gera um progresso tangível em termos de desenvolvimento coeso da economia do conhecimento, melhoramento do património marítimo e um desenvolvimento policêntrico equilibrado.

O programa será aplicado através de quatro prioridades de carácter estratégico de particular relevo para o Espaço Atlântico:

1. Prioridade 1: Promover redes de inovação transnacional
2. Prioridade 2: Proteger, salvaguardar e melhorar a sustentabilidade do ambiente costeiro e marítimo
3. Prioridade 3: Melhorar a acessibilidade e ligações internas
4. Prioridade 4: Promover sinergias transnacionais no desenvolvimento urbano e regional sustentável

Para receberem financiamento, os projectos têm de ser transnacionais. Os requisitos para a transnacionalidade requerem que:

- o projecto trate de um tópico que seja de importância ou tenha impacto sobre toda ou uma parte importante da área de cooperação do Espaço Atlântico;

- o projecto desenvolve soluções modelo e fornece troca de conhecimentos e aprendizagem num contexto transnacional através do envolvimento de intervenientes relevantes em diferentes países da área do Programa;
- o projecto fornece acções, programas ou conceitos estratégicos conjuntos para todo o Espaço Atlântico ou partes grandes e contíguas da área de cooperação transnacional.

A proposta de projecto deve ter por objectivo produzir resultados e estabelecer estruturas que durem para além do tempo de vida do projecto, ou seja, tenham uma perspectiva de longo prazo, sejam duráveis e abram caminho para investimentos e iniciativas posteriores.

Os seguintes tipos de projectos poderiam ser apoiados pelo Programa:

- Estudos de viabilidade e de apoio.
- Planos para arranjos territoriais de escala macro-regional.
- Elaboração de estratégias para desenvolvimento sustentável, planos estratégicos locais e planos de acção sectoriais.
- Troca de experiências transnacionais, redes de colaboração e transferência de conhecimentos.
- Planos e promoção de cooperação.
- Estudos transnacionais comparativos relacionados com conceitos de desenvolvimento territorial.
- Estudos técnicos prévios sobre a preparação de investimento (avaliação da coesão territorial e do impacto territorial e ambiental).
- Investimentos de pequena escala. (Exemplos de infra-estruturas financiadas: redes de comunicação, centros de informação e acções e demonstrações piloto.)
- Elaboração de sondagens, análises comparativas e bases de dados.
- Identificação e concepção de alternativas sustentáveis, elaboração de catálogos de boas práticas e campanhas de formação e de sensibilização.
- Concepção e elaboração de ferramentas e de métodos de gestão.

Todos os projectos devem estar ligados a acções concretas; não serão apoiados projectos de estudo sem acções concretas.

As propostas de projectos devem contribuir positivamente para o desenvolvimento territorial sustentável do Espaço Atlântico, incorporando os seguintes três temas transversais no seu plano geral, na sua metodologia e nas suas acções:

- fortalecer a competitividade económica do Espaço Atlântico (ref. Agenda de Lisboa);

- aumentar a sustentabilidade ambiental do Espaço Atlântico (ref. Agenda de Gotemburgo);
- atingir uma coesão territorial mais forte do Espaço Atlântico reduzindo as disparidades territoriais, reflectindo o objectivo da Política de Coesão da UE.

## **2.2 Prioridades e objectivos específicos**

Nos seguintes parágrafos é apresentada uma visão geral das quatro prioridades com os respectivos objectivos específicos.

### **2.2.1 PRIORIDADE 1: Promover Redes Transnacionais de Inovação**

#### **A OBJECTIVO 1.1: DESENVOLVER TRANSFERÊNCIAS DE CONHECIMENTOS ENTRE EMPRESAS E CENTROS DE INVESTIGAÇÃO**

A promoção de transferências de conhecimento em todo o tipo de inovação económica e tecnológica deve ser procurada no âmbito do Objectivo 1.1. Deve ser dada prioridade a projectos que tenham um impacto positivo sobre o desenvolvimento económico regional. Por conseguinte, o alcance deste objectivo contém claramente, mas não está limitado, à economia marítima.

#### **B OBJECTIVO 1.2: MELHORAR AS CAPACIDADES DE COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO EM NICHOS DE EXCELÊNCIA DE ECONOMIA MARÍTIMA**

O objectivo 1.2 concentra-se em nichos de excelência, nos quais o nível e a qualidade dos investimentos em investigação e desenvolvimento tecnológico são tais que o reforço de uma posição globalmente competitiva pode ser razoavelmente esperado. Sem ser exaustiva, a lista de sectores relevantes inclui a construção de iates, segmentos de grande valor acrescentado da indústria de construção naval, e o amplo domínio da investigação marinha: oceanografia, biologia marinha e biotecnologias, desenvolvimento de técnicas de pesca e culturas marinhas, protecção e promoção do ambiente marinho.

#### **C OBJECTIVO 1.3: ESTIMULAR A CONVERSÃO ECONÓMICA E A DIVERSIFICAÇÃO PROMOVENDO O POTENCIAL ENDÓGENO REGIONAL**

No seguimento do Programa Operacional, o objectivo 1.3 visa apoiar esta acção de redireccionamento de economias regionais, para explorar o seu potencial endógeno, aproveitando oportunidades específicas oferecidas pela cooperação transnacional. Entre estas, a complementaridade cultural entre as quatro áreas de idiomas do Espaço Atlântico parece merecer ser tida em conta no contexto de globalização actual, devido ao estatuto internacional desses quatro idiomas.

## **2.2.2 PRIORIDADE 2: Protecção, Salvaguarda e Melhoramento da Sustentabilidade do Ambiente Marinho e Costeiro**

### **A OBJECTIVO 2.1: MELHORAR A SEGURANÇA MARÍTIMA**

- Deve ser dada prioridade a projectos do tipo operacional em detrimento de projectos de estudo e observação.

### **B OBJECTIVO 2.2: GESTÃO SUSTENTÁVEL E PROTECÇÃO DE RECURSOS DE ESPAÇOS MARINHOS**

EMBORA VÁRIOS RECURSOS DO AMBIENTE MARINHO ATLÂNTICO TENHAM EVENTUALMENTE SIDO MAIS BEM PRESERVADOS DO QUE NOUTRAS BACIAS MARÍTIMAS EUROPEIAS, É NECESSÁRIO TOMAR MEDIDAS PRÓ-ACTIVAS PARA CONTRARIAR A TENDÊNCIA NEGATIVA QUE AS CONSIDERÁVEIS AMEAÇAS PARA A INTEGRIDADE FUTURA DESTE AMBIENTE REPRESENTAM.

### **C OBJECTIVO 2.3: EXPLORAR O POTENCIAL DE ENERGIAS RENOVÁVEIS DO AMBIENTE MARINHO E COSTEIRO**

O potencial das energias renováveis oferecido pelo Espaço Atlântico é imenso e largamente inexplorado. Podem ser exploradas tecnologias relativamente bem conhecidas, como a biometanização, o biocombustível, a biomassa e as turbinas eólicas, mas outras tecnologias de natureza mais experimental e específicas do ambiente marinho devem ser exploradas, em particular, a energia das marés, correntes marinhas e ondas. É também o caso de progressos recentes na área da energia eólica off-shore (ao largo da costa). O objectivo 2.3 visa melhorar o perfil das regiões atlânticas e da União neste campo específico, apoiando vários tipos de experiências transnacionais e projectos piloto.

### **D OBJECTIVO 2.4: PROTEGER E PROMOVER ESPAÇOS NATURAIS, RECURSOS HÍDRICOS E ZONAS COSTEIRAS**

O reforço da protecção de áreas naturais é uma questão importante, que implica uma melhor cobertura de muitas regiões pelos sítios Natura 2000. Também é essencial procurar e intensificar as políticas integradas iniciadas para reconciliar protecção ambiental e desenvolvimento económico/urbano, como os esquemas de GIZC (Gestão Integrada das Zonas Costeiras). A finalidade do objectivo 2.3 é apoiar todo o tipo de acções transnacionais que contribuam para proteger a natureza e para a GIZC no Espaço Atlântico.

### **2.2.3 PRIORIDADE 3: Melhorar o Acesso e as Ligações Internas**

A OBJECTIVO 3.1: PROMOVER A INTEROPERACIONALIDADE E CONTINUIDADE DE REDES DE TRANSPORTE EXISTENTE E INTERMODALIDADES MARÍTIMA / VIÁRIA / FERROVIÁRIA / AÉREA

A finalidade do objectivo 3.2 é apoiar projectos que forneçam respostas transnacionais adequadas para várias questões relacionadas com a interoperacionalidade e a utilização de ligações de transporte transnacionais.

B OBJECTIVO 3.2: PROMOVER O TRANSPORTE MARÍTIMO DE CURTA DISTÂNCIA E A COOPERAÇÃO ENTRE PORTOS

Os portos marítimos atlânticos, apesar do tamanho e competitividade limitados, têm um potencial de desenvolvimento real, aumentado pelas novas tendências que actualmente moldam o tráfego marítimo europeu e global. Por conseguinte, devem ser aproveitadas novas oportunidades para explorar este potencial, em particular o desenvolvimento pró-activo do transporte marítimo de curta distância proposto pela UE. Trata-se de uma visão muito promissora para a cooperação transnacional neste campo. A finalidade do Objectivo 3.3 é apoiar essa cooperação entre os vários intervenientes pertinentes, incluindo autoridades portuárias.

### **2.2.4 PRIORIDADE 4: Promover Sinergias Transnacionais no Desenvolvimento Urbano e Regional Transnacional sustentável**

A OBJECTIVO 4.1: REUNIR RECURSOS E CONHECIMENTOS NO CAMPO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL SUSTENTÁVEL

A cooperação transnacional no Espaço Atlântico pode produzir grandes progressos no campo do desenvolvimento urbano e rural sustentável. Devem ser desenvolvidos conhecimentos conjuntos numa ampla variedade de questões de interesse comum, como a contenção do alargamento urbano, a reabilitação de terrenos urbanos devolutos, políticas que retenham as diferenças sociais e digitais ou a desertificação de zonas rurais frágeis (em particular o fornecimento de serviços de interesse económico geral), transporte local e política de mobilidade.

B OBJECTIVO 4.2: TORNAR AS CIDADES E AS REGIÕES MAIS INFLUENTES E ATRAENTES ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE REDES

Os projectos de cooperação transnacional vocacionados para a promoção conjunta de regiões por forma a melhorar a sua imagem e posição internacionais e para as transformar em locais de investimento mais atraentes estarão no âmbito do objectivo 4.2

**C**    OBJECTIVO 4.3: CONSERVAR E PROMOVER O PATRIMÓNIO CULTURAL ATLÂNTICO DE INTERESSE TRANSNACIONAL

O património cultural atlântico tem de ser mantido numa perspectiva do bem-estar e da abertura cultural das gerações actuais e futuras, ao mesmo tempo que é usado o recurso do turismo sustentável para ajudar neste processo. O objectivo 4.3 apoiará vários projectos que contribuam para a conservação e promoção conjunta do património cultural atlântico de interesse transnacional.

### **3. ESTADO ACTUAL DO AMBIENTE NO ESPAÇO ATLÂNTICO**

A seguinte descrição baseia-se em várias fontes, incluindo o Programa Operacional Espaço Atlântico 2000-2006, o Terceiro Relatório de Avaliação Ambiental Europeu (o chamado Relatório de Kiev, 2003<sup>3</sup>) e informação proveniente de diferentes projectos co-financiados pelo Programa Operacional Espaço Atlântico 2000-2006.

Pela sua diversidade e qualidade, é o ambiente das regiões atlânticas que lhes dá o seu carácter especial. Dispõem de muitos recursos menos danificados do que outras regiões do continente, mas este ambiente representa mais do que isso. Em particular, o ambiente marítimo físico do Espaço Atlântico, mas também todas as actividades que este gerou, representam um património precioso e um factor crucial de identidade comum, que tem de ser protegida e promovida.

#### **3.1 Considerações gerais sobre o ambiente e a política ambiental da Europa**

As políticas ambientais conduziram, em vários campos, a melhoramentos significativos do ambiente da Europa, além de reduções da pressão sobre este:

- reduções substanciais das emissões de substâncias que desgastam a camada de ozono;
- reduções das emissões de ar e melhoramentos da qualidade do ar;
- reduções de fontes de emissão de poluição da água dando origem a qualidade de água superior;
- alguns melhoramentos na protecção da biodiversidade através da designação e protecção de habitats.

Este progresso foi obtido sobretudo através de medidas “tradicionais” que regulam produtos e processos de produção e protegendo locais naturais importantes. Na gestão de resíduos, as políticas ambientais ainda não conduziram a uma redução geral significativa da utilização de recursos naturais, porque os melhoramentos na prevenção de resíduos e reciclagem foram neutralizados por um aumento do volume total de resíduos relacionados com o crescimento económico geral.

---

<sup>3</sup> O relatório de Kiev é a visão geral abrangente mais recente sobre o estado do ambiente na Europa. Baseia-se em dados com cerca de 5 anos de idade.



A notória transformação social e económica desde o início do processo pan-europeu resultou em melhoramentos ambientais em algumas áreas. A transformação da Europa de uma sociedade transformadora e agrícola para uma sociedade mais voltada para os serviços conduziu a uma redução geral da emissão dos gases de estufa. Por outro lado, o crescimento económico está a tornar o cumprimento dos objectivos de partilha de quotas individuais de emissões de gases de estufa num desafio para muitos países europeus. O desenvolvimento urbano e as infra-estruturas de transporte estão a encapsular o solo e a fragmentar habitats em muitos locais. A pesca exagerada está a ameaçar os recursos naturais marinhos. Tendo em conta a sua ligação ao crescimento económico, o progresso não deverá ser sustentado e muitos aspectos negativos poderão ser exacerbados, como será o caso dos transportes.

A implementação de abordagens mais integradas à elaboração de políticas tem de ser acelerada se a Europa quiser assegurar uma protecção adequada do ambiente e cumprir as suas aspirações no que respeita à integração sectorial e ao desenvolvimento sustentável: não apenas medidas reguladoras para lidar com problemas ambientais específicos, mas também medidas económicas e outros instrumentos que resolvam os impactos ambientais de actividades sectoriais.

### **3.2 Desenvolvimento económico e pressões relacionadas sobre o ambiente**

#### **3.2.1 ENERGIA**

O consumo total de energia e pressões relacionados com o ambiente decaíram na Europa durante a década de noventa, mas o impacto da utilização de energia nas alterações climáticas parece destinado a aumentar, a não ser que os combustíveis fósseis se tornem menos dominantes e se assista a um melhoramento acentuado da eficiência energética. O sector energético permanece o principal contribuinte para as alterações climáticas. A eficiência e a utilização de energias renováveis (eólica, solar) têm de aumentar, sobretudo se a redução da energia nuclear prevista ocorrer. De facto, as emissões de poluentes atmosféricos acidificantes do sector energético diminuíram substancialmente.

Pelas características oceânicas, o Espaço Atlântico dispõe de recursos importantes no campo das energias renováveis: turbinas eólicas e energia das marés, correntes marinhas e ondas. Extensas áreas agrícolas também são potencialmente interessantes nos domínios da biometanização, biocombustíveis e biomassa. Enquanto que o protocolo de Quioto recomenda esforços renovados para utilização desse potencial, o rápido aumento do custo de combustíveis fósseis vem reforçar esse apelo.

### **3.2.2 TRANSPORTE**

A falta de acessibilidades do Espaço Atlântico é claramente identificada com um travão para o desenvolvimento equilibrado e policêntrico do território europeu. No transporte de carga, a utilização da estrada aumentou em detrimento da ferrovia. O volume de carga ferroviária permaneceu estável ou diminuiu ligeiramente nas regiões do Espaço Atlântico. Verificou-se um crescimento notável do tráfego marítimo nos últimos anos, o que se prevê que continue, mas os níveis de tráfego permanecem baixos.

### **3.2.3 TURISMO**

O Turismo é um dos sectores em mais rápido crescimento na Europa e um grande contribuinte para o crescimento do sector dos transportes. Além disso, o turismo coloca mais pressão sobre as áreas de destino através da maior utilização da água, produção de resíduos e fragmentação de solos. Estão a ser processadas medidas políticas para um turismo mais sustentável.

As estatísticas nacionais dos dois países, totalmente incluídos na área de cooperação, são eloquentes: 8% do total de emprego em Portugal, com contribuição directa avaliada em 5% do PNB em 2003, e contribuição total (tendo em conta efeitos indirectos noutros sectores) avaliada em 10%, 12 milhões de turistas por ano; e na Irlanda, as receitas relacionadas com o turismo aumentaram 86% entre 1993 e 1999. No Reino Unido, o destino mais popular é Londres. A Escócia está em segundo lugar, mas a linha costeira britânica não é o principal pólo de atracção de turistas. Em França, o turismo atlântico está constantemente a crescer. Danifica menos o ambiente (incluindo as paisagens) do que o turismo mediterrânico, embora o crescimento exponencial das casas de férias, seja um problema nesta área.

O turismo atlântico é essencialmente orientado para famílias, sazonal e caracterizado por uma escassez de clientes estrangeiros, uma concentração espacial crescente da capacidade de alojamento e uma polarização de resorts turísticos, em particular em França e em Portugal.

Existem quase 300 instalações para iates e desportos aquáticos. Este sector está a experimentar um crescimento notável mas coloca sérios problemas relacionados com o desenvolvimento costeiro.

Estão a ser desenvolvidos novos produtos: talassoterapia, balneoterapia e golfe. O entusiasmo popular por esse tipo de destaques culturais, como o Mont Saint Michel ou Santiago de Compostela, para referir apenas dois, está longe de enfraquecer. A promoção transnacional de elementos herdados da história comum, como a cultura celta ou as

grandes descobertas de Vasco da Gama e dos seus sucessores noutros países, oferece um bom potencial para o turismo cultural.

### **3.2.4 AGRICULTURA**

O Espaço Atlântico é o principal produtor agrícola da Europa. Este estado tem o seu preço em termos de estandardização da paisagem, de secagem de zonas húmidas e de outros efeitos de intensificação da agricultura. Paradoxalmente, esta intensificação também levou ao sub-aproveitamento agrícola dos terrenos ou mesmo ao seu abandono em regiões onde as estruturas dos solos e a distância de mercados não o permitiu, nomeadamente em Portugal.

A exploração agrícola intensa coloca sérios problemas de fornecimento de água: o nível de lençóis freáticos é perigosamente baixo no sudoeste de França e a pressão hídrica assumiu proporções enormes em Espanha. A poluição orgânica de produções agrícolas intensas afecta particularmente o País de Gales, a Irlanda, o sudoeste de Inglaterra, a Bretanha e a Galiza. A qualidade da água subterrânea e de superfície está seriamente ameaçada.

### **3.2.5 PESCAS**

Também há preocupações sobre as consequências da intensificação da pesca: alteração dos fundos do mar e a redução de recursos haliêuticos. Muitos stocks de pescado marinho estão abaixo dos níveis que as suas populações podem suportar, devido ao excesso de pesca motivado por frotas pesqueiras eficientes e modernizadas, apesar da redução considerável da capacidade da frota. A produção da aquacultura cresceu dramaticamente (mexilhão na Galiza, ostras em Poitou-Charentes e Baixa Normandia, salmão na Escócia e Irlanda) e, por conseguinte, também em termos de impacto ambiental (estado de nutrientes nas águas, populações selvagens).

A pesca forjou a cultura atlântica. Comunidades inteiras dependem desta actividade, em particular nas regiões menos privilegiadas. É uma parte integrante da vida social portuguesa. O sector independente da pesca em águas profundas permanece proeminente, mas também existem alguns centros industriais baseados em pesca em águas longínquas (Vigo, Berméo, Huelva, Concarneau, Lorient, Aveiro, Killybegs, etc.). Também existem actividades de processamento, mas é a pesca que domina. É marcada por conflitos graves provocados pelas cada vez maiores dificuldades em aceder a recursos. A importância da pesca na economia permanece baixa (1% do PNB em Portugal, por exemplo) e o número de pescadores e piscicultores está a decair por todo o lado. Isso é originado pela cada vez maior escassez de recursos, uma questão que as decisões tomadas ao nível europeu e internacional estão a tentar controlar. A política comunitária para a pesca está a continuar a reduzir capacidades. Apesar disso, o livro verde sobre o futuro das pescas, publicado em

2001 pela Comissão Europeia, realçou o actual fracasso da política de exploração sustentada dos recursos. Por isso, esta questão essencial torna a pesca numa actividade altamente vulnerável.

### **3.2.6 O PATRIMÓNIO MARÍTIMO**

O oceano moldou profundamente a história das regiões atlânticas. Foi a partir destes portos que se construíram os enormes impérios coloniais. Embora a navegação marítima tenha perdido importância desde o advento da aviação, o Espaço Atlântico permaneceu, em muitos aspectos, no centro das principais rotas de navios intercontinentais.

O património marítimo das regiões do Espaço Atlântico representam uma identidade comum. Os portos e a navegação não são as únicas características afectadas; existe também todo um conjunto de actividades partilhadas e centros de interesse relacionados com a proximidade com o mar.

Por último, a grande amplitude das marés do Oceano Atlântico levou à formação de extensas áreas húmidas, notáveis pelos seus ecossistemas e excepcional biodiversidade. A protecção reforçada destas áreas é uma questão de grande importância.

### **3.2.7 INVESTIGAÇÃO**

A investigação marinha na União Europeia é a segunda melhor do mundo, depois da dos EUA. Utiliza equipamento topo de gama e técnicas notáveis. Contudo, como muitos outros sectores de investigação, enfrenta vários desafios, em particular a necessidade de programas integrados e multidisciplinares e a necessidade absoluta de concentrar meios. Muitos centros especializados (oceanografia, biologia marinha, desenvolvimento de técnicas de pesca e culturas marinhas, protecção e promoção do ambiente marinho, gestão de tráfego marítimo), em universidades ou noutros locais, estão localizados na costa atlântica. Contudo, muito há para ser feito para promover as potenciais sinergias entre estas instituições ao nível transnacional e europeu.

### **3.2.8 A DESLOCAÇÃO COSTEIRA DA URBANIZAÇÃO**

Tal como as coisas estão actualmente, a linha costeira atlântica parece menos saturada do que outras linhas costeiras na Europa. Nas áreas onde as zonas naturais dominam – Escócia, grande parte da costa irlandesa, norte de Inglaterra, País de Gales, Aquitaine e grande parte da linha costeira espanhola – a pressão urbanística global permanece moderada. Contudo, muitas outras regiões suportaram o peso da maioria da urbanização recente no Espaço Atlântico. Nestas regiões, ou mesmo localmente noutras áreas menos urbanizadas, a construção de grandes complexos imobiliários na costa, por exemplo, no

Algarve, Andaluzia ou sudoeste de França, danifica os espaços naturais e a sua biodiversidade. O mesmo se verifica no caso da proliferação urbana, muito marcada em regiões atlânticas como o sudoeste de Inglaterra, a maioria da linha costeira francesa ou a costa cantábrica.

Em muitas localidades, estes danos provocados pela urbanização são agravados pela pressão turística, que é mais concentrada no espaço e no tempo, mas não menos agressiva. A forma deficiente como o tráfego viário, os resíduos e as águas residuais são muitas vezes tratados aumenta a pressão sobre o ambiente natural e ameaça actividades como a aquacultura. A erosão costeira, provocada por alterações climáticas, e a intervenção humana na linha costeira é outro motivo de preocupação. A qualidade da água para banhos é desigual, embora globalmente bastante boa.

### **3.3 Desenvolvimento ambientais**

#### ***3.3.1 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS***

As alterações climáticas são consideradas parcialmente responsáveis pelo aumento de riscos de cheias em determinadas áreas e de secas noutras. A este ritmo, a Europa ficará bastante longe dos seus objectivos de Quioto para as emissões de gases de estufa, mas os custos das reduções de riscos climáticos poderiam ser significativamente reduzidos com a utilização dos mecanismos de Quioto (comercialização de limites para gases com efeito de estufa). Mas o Protocolo de Quioto é apenas o primeiro passo para concentrações de gases com efeito de estufa e condições climáticas “sustentáveis”.

#### ***3.3.2 REDUÇÃO DO OZONO ESTRATOSFÉRICO***

Existe uma quebra gradual da concentração de substâncias que reduzem o ozono por contaminação por cloro na troposfera, mas o aumento da radiação ultra-violeta continuará e os seus efeitos nocivos para a saúde humana e ecossistemas continuará eventualmente a persistir durante bastante tempo.

#### ***3.3.3 POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA***

A qualidade do ar atlântico é, em média, uma das melhores da Europa, contudo, a poluição atmosférica mantém-se um problema na maioria das cidades.

### **3.3.4 RESÍDUOS**

Os resíduos são um grande problema em todos os países europeus e as quantidades de lixo estão a crescer na generalidade. A desindustrialização trouxe consigo um grande número de terrenos urbanos devolutos, muitas vezes com solos contaminados. A produção de resíduos reflecte uma perda de materiais e de energia e impõe custos económicos e ambientais cada vez maiores para a sociedade provocados pela respectiva recolha, tratamento e eliminação. Só em alguns países foi possível contrariar a ligação entre a produção total de resíduos e o crescimento económico, o que ocorreu através de uma prevenção maior e pela reutilização. As iniciativas de reciclagem estão a crescer de forma constante em todos os países envolvidos. Muitas cidades (Bristol, Cardiff, Nantes, Bilbao, Lisboa, etc.) distinguiram-se recentemente por operações de redesenvolvimento urbano emblemáticas.

### **3.3.5 ÁGUA**

Os recursos hídricos em muitas áreas da Europa estão ameaçados por várias actividades humanas. A qualidade da água potável continua a ser uma preocupação por toda a Europa. A qualidade da água é na generalidade melhor no Espaço Atlântico do que noutras regiões da UE.

A qualidade das águas marinhas atlânticas é, em média, uma das melhores da Europa. Mas também neste caso, existem problemas locais sérios, nomeadamente em estuários e em zonas com elevada concentração industrial.

### **3.3.6 RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS**

Os riscos tecnológicos (como naufrágios e acidentes na indústria) e naturais (como cheias) continuarão a ocorrer no Espaço Atlântico.

Entre os riscos tecnológicos, os relacionados com instalações petrolíferas e transporte deste produto não podem ser ignorados na zona costeira atlântica. O problema é importante. Certas regiões estão particularmente expostas – na Grã Bretanha, noroeste de França (particularmente a Normandia), as linhas costeiras de Charente e Aquitaine, a costa cantábrica, oeste da Galiza, Lisboa e Alentejo. Estes riscos estão obviamente relacionados com o tráfego marítimo causado pela presença de terminais petrolíferos. As catástrofes do Erika e do Prestige aumentaram essa consciência consideravelmente. Além deste tráfego, a presença de refinarias e de outras instalações de extracção ou processamento de petróleo não pode ser negligenciada.

Entre os riscos naturais, é necessário destacar as cheias em regiões inglesas e do noroeste de França e os incêndios florestais no sudoeste de França e Península Ibérica. A tendência para a instabilidade climática parece estar a agravar estes riscos. O risco de sismos não é negligenciável nos Pirinéus e Portugal.

Uma abordagem holística à gestão de riscos (melhores planos de prevenção e emergência) deve ajudar a reduzir o número de consequências de acidentes tecnológicos e reduzir os impactos de alguns desastres naturais.

### **3.3.7 BIODIVERSIDADE**

Além da responsabilidade pela redução das suas "marcas ecológicas" no resto do mundo, as áreas atlânticas têm uma responsabilidade global de preservação do carácter dos seus ecossistemas e paisagens e de conservar as espécies migratórias que atravessam estas regiões e as espécies ameaçadas que aí habitam. O número e tamanho total das áreas protegidas é notável, mas não deverá aumentar muito mais, porque a pressão de utilização crescente de terrenos por transportes, urbanização e agricultura estão a diminuir as áreas remotas semi-naturais "protegíveis". Os locais protegidos existentes estão a enfrentar pressões de utilização de terrenos idênticas.

Estas descrições são muito gerais, mas a natureza de um Programa Operacional como esse não permite uma abordagem mais detalhada. Um relatório de AAE mais elaborado, como seria adequado para um plano de desenvolvimento regional geograficamente bem definido, não parece exequível ou necessário quando se trata de avaliar um Programa de enquadramento como este. Uma descrição detalhada do estado ambiental actual de uma área tão vasta como o Espaço Atlântico, por exemplo, não contribuiria para uma avaliação ambiental mais pertinente. Na generalidade, o *processo* de AAE - a forma como as preocupações ambientais foram tidas em consideração durante a elaboração do Programa, com uma focalização no processo de selecção de projectos e o sistema de controlo (porque o impacto ambiental real deriva de projectos concretos e não do Programa que os financia) – é reconhecido como mais importante do que o próprio *relatório* de AAE.



## 4. ENQUADRAMENTO DE POLÍTICA AMBIENTAL

### 4.1 Introdução

O enquadramento político ambiental que será usado como referência para avaliar a consistência do Programa do Espaço Atlântico é:

- o **Sexto Programa Comunitário de Acção em Matéria de Ambiente 2002-2012 (6º PAMA)**<sup>4</sup>. Este programa destina-se às prioridades e objectivos ambientais principais de acordo com uma avaliação do estado do ambiente e das tendências predominantes, incluindo questões de emergência que requeiram a orientação da Comunidade. O Programa deve promover a integração das preocupações ambientais em todas as políticas da Comunidade e contribuir para a obtenção de um desenvolvimento sustentável em toda a Comunidade.
- As Estratégias Temáticas que foram / estão a ser preparadas pela Comissão Europeia de acordo com os requisitos do Sexto Programa de Acção em Matéria de Ambiente.

### 4.2 Prioridades do Programa de Acção em Matéria de Ambiente 2002-2012

O Programa tem quatro prioridades:

1. alterações climáticas;
2. natureza e biodiversidade;
3. ambiente, saúde e qualidade de vida;
4. recursos naturais e resíduos.

#### 4.2.1 PRIORIDADE 1: ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Finalidade: destacar as alterações climáticas como um enorme desafio para os próximos 10 anos e seguintes e contribuir para o objectivo de longo prazo que visa estabilizar as concentrações de gás com efeitos de estufa na atmosfera num nível que previna a interferência antropogénica perigosa com o sistema climático.

Objectivos:

- ratificação e aplicação do Protocolo de Quioto na convenção de enquadramento das Nações Unidas sobre alterações climáticas e cumprimento de compromissos para a redução de emissões até 2008-2012 comparativamente com os níveis de 1990 para a Comunidade Europeia como um todo;

---

<sup>4</sup> Decisão N° 1600/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu de 22 de Julho de 2002



- concretização até 2005 de progressos demonstráveis na obtenção de compromissos no âmbito do Protocolo de Quioto;
- colocar a Comunidade numa posição credível para defender um acordo internacional sobre metas de redução rigorosa para o segundo período de compromisso para o Protocolo de Quioto.

Acções:

- implementar compromissos climáticos internacionais, incluindo o Protocolo de Quioto;
- reduzir as emissões de gases com efeito de estufa no sector da energia;
- reduzir as emissões de gases com efeito de estufa no sector dos transportes;
- reduzir as emissões de gases com efeito de estufa na produção industrial;
- reduzir as emissões de gases com efeito de estufa noutros sectores;
- utilizar outros instrumentos adequados (medidas fiscais e outras).

#### **4.2.2 PRIORIDADE 2: NATUREZA E BIODIVERSIDADE**

Finalidade: proteger, conservar, restaurar e desenvolver o funcionamento de sistemas naturais, habitats naturais, flora e fauna selvagem com a finalidade de parar a desertificação e a perda de diversidade, incluindo diversidade de recursos genéticos, tanto na União Europeia como à escala mundial.

Objectivos:

- parar o declínio da biodiversidade com o objectivo de atingir este objectivo até 2010, incluindo a prevenção e atenuação dos impactos de espécies e génotipos não indígenas invasores;
- protecção e recuperação adequadas da natureza e biodiversidade contra a poluição nociva;
- conservação, recuperação adequada e utilização sustentada do ambiente marinho, costas e zonas húmidas;
- conservação e recuperação adequada de áreas de valor paisagístico significativo, incluindo áreas cultivadas e sensíveis;
- conservação de espécies e habitats, com preocupação especial pela prevenção da fragmentação de habitats;
- promoção da utilização sustentável do solo, com particular atenção à prevenção da erosão, deterioração, contaminação e desertificação.

Acções destinadas a:

- biodiversidade;
- acidentes e desastres;
- protecção do solo;

- gestão sustentável de indústrias de extracção;
- integração da conservação e recuperação de valores paisagísticos noutras políticas, incluindo o turismo;
- integração de considerações de biodiversidade em políticas agrícolas;
- utilização sustentável dos mares e conservação dos ecossistemas marinhos;
- florestas;
- organismos geneticamente modificados (OGM).

#### **4.2.3 PRIORIDADE 3: AMBIENTE, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA**

Finalidade: contribuir para um nível elevado de qualidade de vida e bem-estar social para os cidadãos, proporcionando um ambiente onde o nível de poluição não dê origem a efeitos nocivos na saúde humana e no ambiente e encorajando um desenvolvimento urbano sustentável.

Objectivos:

- obter uma melhor compreensão das ameaças para o ambiente e saúde humana;
- contribuir para uma melhor qualidade de vida através de uma abordagem integrada concentrada em áreas urbanas;
- conseguir que em 2020 as substâncias químicas só sejam produzidas e utilizadas em formas que não tenham impactos negativos significativos na saúde e ambiente;
- substituir as substâncias químicas perigosas por outras mais seguras ou por tecnologias alternativas seguras que não impliquem a utilização de substâncias químicas;
- reduzir os impactos de pesticidas na saúde humana e no ambiente;
- atingir níveis de qualidade da água de superfície e subterrânea sem impactos negativos e riscos significativos e ainda atingir taxas de extracção sustentáveis de recursos hídricos;
- atingir níveis de qualidade do ar sem impactos negativos e riscos significativos;
- reduzir substancialmente o número de pessoas regularmente afectadas por níveis médios de ruído (trânsito) a longo prazo.

Acções destinadas a:

- reforço de programas de investigação e conhecimentos científicos da Comunidade;
- substâncias químicas;
- pesticidas;
- utilização sustentável e melhor qualidade da água;
- ruído;
- ambiente urbano.

#### **4.2.4 PRIORIDADE 4: RECURSOS NATURAIS E RESÍDUOS**

Finalidade: maior eficiência de recursos e gestão de resíduos para obter uma produção e padrões de consumo mais sustentáveis, dissociando, deste modo, a utilização de recursos e a produção de resíduos da taxa de crescimento económico e procurar garantir que o consumo de recursos renováveis e não renováveis não exceda a capacidade de renovação do ambiente.

Objectivos:

- procurar garantir que o consumo de recursos e os seus impactos associados não excedam a capacidade de renovação do ambiente e quebrar a ligação entre crescimento económico e utilização de recursos;
- atingir uma redução geral significativa dos volumes de resíduos;
- uma redução significativa na quantidade de resíduos destinados a eliminação;
- encorajar a reutilização dos resíduos que ainda estão a ser produzidos.

Acções:

- desenvolver uma estratégia temática destinada à utilização e gestão sustentável de recursos;
- desenvolver e implementar medidas destinadas à prevenção e gestão de resíduos;
- desenvolver uma estratégia temática destinada à reciclagem de resíduos;
- desenvolver ou rever a legislação sobre resíduos.

#### **4.3 Estratégias Ambientais Temáticas**

Tendo as quatro prioridades por base, o Sexto Programa de Acção em Matéria de Ambiente exigiu que a Comissão Europeia elaborasse Estratégias Temáticas que abarcassem as seguintes áreas:

1. poluição atmosférica (adoptada a 21-09-2005);
2. prevenção e reciclagem de resíduos (adoptada a 21-12-2005);
3. protecção e conservação do ambiente marinho (adoptada a 24-10-2005);
4. solo (adoptada a 22-09-2006);
5. utilização sustentável de pesticidas (adoptada a 12-07-2006);
6. utilização sustentável de recursos (adoptada a 21-12-2005);
7. ambiente urbano (adoptada em 11-01-2006).

Estas Estratégias Temáticas funcionam por temas e não de acordo com poluentes específicos de actividades económicas. Têm uma perspectiva temporal mais longa na definição de objectivos ambientais mais claros para 2020 e, deste modo, fornecerá um enquadramento político estável. Por fim, concentram-se na identificação dos instrumentos

mais adequados para a concretização dos objectivos políticos europeus do modo menos penoso e mais eficiente possível. Estas estratégias são muitas vezes transversais (sobretudo a relacionada com o ambiente urbano) e é vital o estabelecimento de sinergias com outras políticas.

#### **4.3.1 POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA**

Este tema está incluído (sobretudo) na Prioridade 3 (“Ambiente, saúde e qualidade de vida”). A estratégia temática (adoptada a 21-09-2005) define os objectivos para a saúde e ambiente e metas para a redução de emissões para os principais poluentes. Para atingir os objectivos definidos até 2020, deve haver uma redução relativamente às emissões de 2000 para:

- SO<sub>2</sub>: -82%;
- NO<sub>x</sub>: -60%;
- COVs: -51%;
- amoníaco: -27%;
- partículas de PM<sub>2,5</sub>: -59%.

Acções:

- fazer a legislação ambiental funcionar melhor: simplificação da legislação sobre qualidade do ar; revisão da Directiva de Limite de Emissões Nacionais; coerência com outras políticas ambientais;
- integrar as preocupações relacionadas com a qualidade do ar noutras áreas políticas: energia, transportes, agricultura, Fundos Estruturais, incluindo a dimensão internacional (EUA, China,...).

#### **4.3.2 PREVENÇÃO E RECICLAGEM DE RESÍDUOS**

Este tema está incluído (sobretudo) na Prioridade 4 (“Recursos naturais e resíduos”). O objectivo a longo prazo da estratégia temática (adoptada a 21-12-2005) é que a UE se transforme numa sociedade recicladora, que procura evitar os resíduos e utiliza os resíduos como um recurso. Com a elaboração de padrões ambientais de referência, o mercado interno facilitará a reciclagem e as actividades de recuperação. O impacto das alterações propostas devem ser:

- menos resíduos em lixeiras;
- maior recuperação de compostos e energia provenientes de resíduos;
- mais e melhor reciclagem.

Acções:

- destaque renovado para a implementação total da legislação existente;
- simplificação e modernização da legislação existente;
- introdução de um conceito de ciclo de vida na política de resíduos;
- promoção de políticas de prevenção de resíduos mais ambiciosas;
- mais conhecimentos e informações;
- desenvolvimento de padrões de referência comuns para a reciclagem;
- elaboração de mais políticas de reciclagem da UE.

#### **4.3.3 PROTECÇÃO E CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE MARINHO**

Este tema está incluído (sobretudo) na Prioridade 2 (“Natureza e biodiversidade”). O objectivo da estratégia temática (adoptada a 24-10-2005) é proteger e recuperar os oceanos e mares da Europa e garantir que as actividades humanas são efectuadas de um modo sustentável para que as gerações actuais e futuras desfrutem e beneficiem de oceanos e mares biologicamente diversos e dinâmicos, que sejam limpos, seguros, saudáveis e produtivos. Um enquadramento para uma maior cooperação – legalmente obrigatório mas respeitando a subsidiariedade – deve assegurar:

- um nível elevado de protecção dos oceanos e mares da Europa;
- uma melhor base de conhecimentos que sirvam de fonte de informações para a elaboração de políticas;
- acções integradas e de baixo custo para reduzir as pressões;
- controlo e avaliação eficiente para certificar de que os objectivos são atingidos e de que as acções produzem resultados.

#### **4.3.4 PROTECÇÃO DO SOLO**

Este tema está incluído (sobretudo) na Prioridade 2 (“Natureza e biodiversidade”). A estratégia temática deve definir objectivos qualitativos e quantitativos e os meios para os atingir, de modo a:

- terminar com a acumulação nos solos de substâncias que constituem um risco ambiental e para a saúde;
- reverter a tendência alarmista para a erosão, compactação e encapsulação, a remoção e contaminação do solo;
- proteger o solo tendo em conta a sua função de armazenamento de CO<sub>2</sub>, assegurando os recursos hídricos e preservando a biodiversidade;
- proteger o solo para a produção sustentável de alimentos e recursos renováveis.

#### **4.3.5 UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DE PESTICIDAS**

Este tema está incluído (sobretudo) na Prioridade 3 (“Ambiente, saúde e qualidade de vida”). A estratégia temática define os seus objectivos do seguinte modo:

- minimizar os perigos e riscos para a saúde e ambiente provocados pela utilização de pesticidas;
- melhorar os mecanismos de controlo da utilização e distribuição de pesticidas;
- reduzir os níveis de substâncias activas nocivas, particularmente, substituindo a maioria destas por alternativas mais seguras (incluindo não químicas);
- encorajar a utilização de práticas agrícolas com colheitas não utilizadoras ou com pouca utilização de pesticidas;
- estabelecer um sistema transparente para o progresso de comunicação e controlo, incluindo o desenvolvimento de indicadores adequados.

#### **4.3.6 UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS**

Este tema está incluído (sobretudo) na Prioridade 4 (“Recursos naturais e resíduos”). O objectivo geral da estratégia temática (adoptado a 21-12-2005) é reduzir os impactos ambientais negativos gerados pela utilização de recursos naturais numa economia em desenvolvimento, um conceito referido como “dissociação”.

Acções:

- melhorar a compreensão e conhecimento da utilização de recursos europeus, o seu impacto ambiental negativo e importância na UE e globalmente;
- desenvolver ferramentas para controlo e comunicação do progresso na UE, Estados-Membros e sectores económicos;
- apoiar a aplicação de abordagens estratégicas e processos, tanto em sectores económicos como nos Estados-Membros, e encorajá-los a desenvolver planos e programas relacionados com estes;
- aumentar a consciencialização dos intervenientes e cidadãos sobre o significativo impacto ambiental negativo da utilização dos recursos.

#### **4.3.7 DESENVOLVIMENTO URBANO**

Este tema está incluído na Prioridade 3 (“Ambiente, saúde e qualidade de vida”). As medidas oferecidas no âmbito da estratégia temática (adoptada 11-01-2006) visam contribuir para uma melhor implementação de políticas ambientais e legislação da UE ao nível local, apoiando e encorajando as autoridades locais para adoptar uma abordagem mais integrada para gestão urbana e convidando os Estados-Membros para apoiar este processo e explorar as oportunidades oferecidas ao nível da UE.

Se implementado a todos os níveis, a estratégia acabará por contribuir para a melhoria da qualidade do ambiente urbano, tornando as cidades em lugares mais atraentes e mais saudáveis para viver, trabalhar e investir e reduzirá o impacto ambiental adverso das cidades no ambiente mais geral.

**Acções:**

- orientação sobre gestão ambiental integrada;
- orientação em planos de transporte urbano sustentáveis;
- apoio para um amplo intercâmbio de procedimentos recomendados da UE;
- um Portal de Internet da Comissão para autoridades locais;
- formação;
- baseiam-se noutros Programas de Apoio Comunitário (política de coesão, investigação).

## **5. AVALIAÇÕES AMBIENTAIS DO PROGRAMA ESPAÇO ATLÂNTICO**

A Avaliação Ambiental Estratégica, como parte da avaliação posterior e anterior do Programa Operacional do Espaço Atlântico, é composta por duas partes:

- Uma análise da consistência do Programa do Espaço Atlântico com relevância para a política ambiental europeia geral, incorporada no Sexto Programa Comunitário de Acção em Matéria de Ambiente e nas 7 Estratégias Temáticas (ver capítulo 3);
- Uma descrição dos efeitos ambientais esperados/potenciais dos objectivos e acções do Programa, divididos por temas, tal como apresentado no Anexo 1, alínea f da Directiva 2001/42/CE:

- ⇒ Biodiversidade
- ⇒ População
- ⇒ Saúde Humana
- ⇒ Fauna
- ⇒ Flora
- ⇒ Solo
- ⇒ Água
- ⇒ Ar
- ⇒ Factores climáticos
- ⇒ Bens materiais
- ⇒ Cultura e património
- ⇒ Paisagem

### **5.1 Avaliação da relevância e consistência entre o Programa Espaço Atlântico e a Política Ambiental da UE**

O Programa Espaço Atlântico está em sintonia com a legislação e prioridades da política ambiental da UE.

A matriz em baixo revela que nenhum dos objectivos do Espaço Atlântico é compatível com as prioridades do Sexto Programa de Acção em Matéria de Ambiente ou Estratégias Ambientais Temáticas.



Programa Operacional Espaço Atlântico	Relação com as Prioridades do 6º PAMA	Relação com Estratégia Temáticas
Prioridade 1: Promover redes de inovação transnacional		
	Prioridades do 6º PAMA	Estratégias Temáticas
<p>Obj. 1.1: Desenvolver transferências de conhecimentos entre empresas e centros de investigação</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criar ou reforçar redes de cooperação entre empresas e centros de investigação de diferentes países;</li> <li>2. Criar centros de recursos transnacionais para recolher e disseminar informações relacionadas com inovação (novas patentes, etc.), transferências de tecnologia e funcionar como um interface entre as PME e centros de investigação a trabalhar em questões de interesse comum;</li> <li>3. Reunir conhecimentos em redes de apoio técnico transnacionais para ajudar as PME a diagnosticar e a resolver questões legais, organizativas e humanas associadas a processos de inovação;</li> <li>4. Reunir resultados de sistemas de vigilância tecnológica e dar formação sobre técnicas de inteligência económica no âmbito de parcerias transnacionais;</li> <li>5. Melhorar o acesso a financiamento para inovação, por exemplo, familiarizando as PME com várias técnicas de engenharia financeira ou criando fundos de inovação transnacionais;</li> <li>6. Desenvolver parcerias transnacionais em torno de centros europeus de excelência especializados em sectores com conteúdos de alta tecnologia.</li> </ol>	<p>Aparentemente, não tem qualquer relação directa com as Prioridades do 6º PAMA</p> <p>Contudo, uma parte das inovações e conhecimentos previstos devem ter por finalidade o melhoramento do desempenho ambiental e, por conseguinte, este objectivo pode ter uma relação directa com todas as Prioridades do 6º PAMA</p>	<p>Aparentemente, não tem qualquer relação directa com as Estratégias Temáticas</p> <p>Contudo, uma parte das inovações e conhecimentos previstos devem ter por finalidade o melhoramento do desempenho ambiental e, por conseguinte, este objectivo pode ter uma relação directa com todas as sete Estratégias Temáticas</p>
<p>Obj. 1.2: Melhorar a competitividade e capacidades de inovação em nichos de excelência de economia marítima</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>7. Facilitar a formação ou consolidação de redes transnacionais de núcleos industriais de economia marítima;</li> <li>8. Transferência transnacional de tecnologia e disseminação de conhecimento entre centros de investigação e empresas, particularmente as PME, de economia marítima;</li> <li>9. Elaboração de instrumentos de engenharia financeira para apoiar a inovação na economia marítima.</li> <li>10. Reunir recursos transnacionalmente para melhorar o ambiente de inovação da economia marítima, como por exemplo, fornecimento de serviços empresariais conjuntos, assistência na mobilidade de equipas de trabalho, formação científica e profissional conjunta.</li> <li>11. Implementação de estratégias conjuntas para atrair IDE para a economia marítima atlântica e aumentar o seu reconhecimento internacional através de colaboração e parcerias transnacionais entre o sector privado e a administração pública.</li> </ol>	<p>Aparentemente, não tem qualquer relação directa com as Prioridades do 6º PAMA</p> <p>Contudo, uma parte das inovações e conhecimentos previstos devem ter por finalidade o melhoramento do desempenho ambiental e, por conseguinte, este objectivo pode ter uma relação directa com todas as Prioridades do 6º PAMA</p>	<p>Aparentemente, não tem qualquer relação directa com as Estratégias Temáticas</p> <p>Contudo, uma parte das inovações e conhecimentos previstos devem ter por finalidade o melhoramento do desempenho ambiental e, por conseguinte, este objectivo pode ter uma relação directa com todas as sete Estratégias Temáticas</p>

	Prioridades do 6º PAMA	Estratégias Temáticas
<p>Obj. 1.3: Estimular a conversão económica e a diversificação promovendo o potencial endógeno regional</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>12. Explorar o potencial das novas TIC para favorecer o desenvolvimento de circuitos comerciais internacionais para produtos regionais.</li> <li>13. Criar equipas transnacionais especializadas em medidas para melhorar as capacidades de inovação, para reunir ou usar a experiência obtida como referência nos vários enquadramentos nacionais e experimentá-las e transferi-las para regiões com processos de reestruturação em curso;</li> <li>14. Marketing conjunto de vários tipos de turismo sustentável inovador, como por exemplo, o enoturismo ou o turismo subaquático;</li> <li>15. Transferência transnacional de conhecimentos adquiridos no campo da agricultura amiga do ambiente inovadora;</li> <li>16. Criação de uma "escola empresarial atlântica" para formar peritos com conhecimentos elevados em sectores de particular relevância para o Espaço Atlântico, em colaboração com universidades e centros de excelência.</li> </ol>	<p>Aparentemente, não tem qualquer relação directa com as Prioridades do 6º PAMA</p> <p>Contudo, uma parte das inovações e conhecimentos previstos devem ter por finalidade o melhoramento do desempenho ambiental e, por conseguinte, este objectivo pode ter uma relação directa com todas as Prioridades do 6º PAMA</p>	<p>Aparentemente, não tem qualquer relação directa com as Estratégias Temáticas</p> <p>Contudo, uma parte das inovações e conhecimentos previstos devem ter por finalidade o melhoramento do desempenho ambiental e, por conseguinte, este objectivo pode ter uma relação directa com todas as sete Estratégias Temáticas</p>
<b>Prioridade 2: Proteger, salvaguardar e melhorar a sustentabilidade do ambiente costeiro e marítimo</b>		
	Prioridades do 6º PAMA	Estratégias Temáticas
<p>Obj. 2.1: Melhorar a segurança marítima</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>17. Identificar, avaliar e planear portos de abrigo para navios em dificuldades;</li> <li>18. Identificar necessidades e aumentar a capacidade dos rebocadores disponíveis;</li> <li>19. Melhoramento da capacidade de resposta, ferramentas, planos de acção e consciencialização a todos os níveis;</li> <li>20. Dar formação a pessoal das autoridades locais e a pescadores;</li> <li>21. Criação de serviços oceanográficos operacionais para controlar a poluição no mar e avaliar a sua gravidade.</li> </ol>	<p>Contribuição directa positiva para as prioridades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Natureza e biodiversidade</li> <li>• Ambiente, saúde e qualidade de vida</li> </ul>	<p>Contribuição directa positiva para a Estratégia Temática:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Protecção e conservação do ambiente marinho</li> <li>• Prevenção e reciclagem de resíduos</li> <li>• solo</li> </ul>
<p>Obj. 2.2: Gestão sustentável e protecção de recursos de espaços marinhos</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>22. Experimentação de ferramentas conjuntas e métodos para controlar a evolução de recursos haliêuticos e fundos do mar;</li> <li>23. Definir e implementar estratégias internacionais para proteger e recuperar ecossistemas marinhos (para um fundo do mar ou para toda a área de cooperação)</li> <li>24. Definir e implementar estratégias conjuntas para prevenir e resolver conflitos entre a exploração do espaço marinho e a conservação do ambiente marinho no fundo do mar;</li> <li>25. Coordenação e troca de conhecimentos entre as autoridades responsáveis por planos de gestão previstos na Directiva de Estratégia Marinha da UE, com implementação conjunta de partes desses planos relevantes transnacionalmente;</li> </ol>	<p>Contribuição directa positiva para prioridade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Natureza e biodiversidade</li> </ul>	<p>Contribuição directa positiva para a Estratégia Temática:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Protecção e conservação do ambiente marinho</li> <li>• Utilização sustentável de recursos</li> </ul>

	Prioridades do 6º PAMA	Estratégias Temáticas
<p>Obj. 2.3: Explorar o potencial de energias renováveis do ambiente marinho e costeiro</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>26. Criar centros de experimentação conjuntos ou apoiar centros existentes para explorar o potencial de fontes inovadoras de energias renováveis, como por exemplo, energia das correntes marítimas</li> <li>27. Estudos conjuntos de viabilidade ou de engenharia financeira para grandes investimentos em energia eólica off-shore (ao largo da costa)</li> <li>28. Criação de uma agência transnacional para reunir experiência e controlar os progressos feitos no sector das energias marinhas renováveis</li> <li>29. Projectos piloto de demonstração conjuntos para testar tipos experimentais de energias renováveis.</li> </ul>	<p>Contribuição directa positiva para as prioridades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alterações climáticas</li> <li>• Recursos naturais e resíduos</li> </ul>	<p>Contribuição directa positiva para as Estratégias Temáticas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Poluição atmosférica</li> <li>• Utilização sustentável de recursos</li> </ul>
<p>Obj. 2.4: Proteger e promover espaços naturais, recursos hídricos e zonas costeiras</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>30. Extensão da cobertura da área de cooperação através de sítios protegidos pelo Natura 2000 interligados;</li> <li>31. Implementação de uma estratégia de conservação conjunta de reservas naturais, concentrada nos aspectos transnacionais, como por exemplo, a protecção de espécies migratórias.</li> <li>32. Criação e administração de um centro transnacional de conhecimentos de GIZC, processamento de transferências de conhecimentos entre as experiências levadas a cabo em diferentes países;</li> <li>33. Reunir conhecimentos sobre tópicos seleccionados transnacionalmente, como a gestão sustentável de estuários ou espaços industriais abandonados.</li> <li>34. Conceber soluções modelo e testar novos métodos no âmbito de parcerias transnacionais para solucionar a erosão das linhas costeiras.</li> </ul>	<p>Contribuição directa positiva para todas as prioridades:</p>	<p>Contribuição directa positiva para a Estratégia Temática:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Protecção e conservação do ambiente marinho</li> </ul>

Prioridade 3: Melhorar a acessibilidade e ligações internas		
	Prioridades do 6º PAMA	Estratégias Temáticas
<p>Obj. 3.1: Promover a interoperacionalidade e continuidade de redes de transporte existente e as intermodalidades marítima/viária/ferroviária/aérea</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>35. Acções que favoreçam uma melhor utilização de ligações ferroviárias transnacionais: melhores ligações com plataformas multimodais, optimização das capacidades dos comboios, preço de transporte viário de mercadorias, lojas de balcão único, formação de maquinistas, lançamento experimental de vias rápidas ferroviárias, etc.</li> <li>36. Parcerias internacionais para explorar e testar meios adequados para melhorar a eficiência de cadeias logísticas multimodais (introdução de tecnologias inteligentes, simplificação da administração, etc.)</li> <li>37. Estudos de viabilidade e análises de custo-benefício sobre a criação de plataformas logísticas;</li> <li>38. Teste de respostas possíveis para problemas de interoperacionalidade</li> <li>39. Criação de uma rede de investigação e inovação centrada na intermodalidade (novos equipamentos, desenvolvimentos tecnológicos, gestão de cadeias logísticas) que envolvam operadores, portos e instituições académicas e de investigação</li> <li>40. Concepção e teste de estratégias transnacionais para melhorar a informação sobre serviços de transporte públicos e optimizar as viagens de passageiros internacionais (por exemplo, emissão de bilhetes integrada)</li> <li>41. Transferência de conhecimentos sobre soluções inovadoras para melhorar a acessibilidade local a aeroportos regionais</li> </ul>	<p>Aparentemente, não tem qualquer relação directa com as Prioridades do 6º PAMA</p>	<p>Aparentemente, não tem qualquer relação directa com as Estratégias Temáticas</p>
<p>Obj. 3.2: Promover o transporte marítimo de curta distância e a cooperação entre portos</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>42. Contribuições para o lançamento da primeira via rápida marítima experimental;</li> <li>43. Desenvolvimento conjunto de tecnologia inteligente para melhorar a eficiência do transporte marítimo de curta distância, como por exemplo, detecção de cargas em tempo real;</li> <li>44. Elaboração de uma estratégia coordenada para investimentos em infra-estruturas em portos marítimos atlânticos, promovendo a complementaridade entre vários tipos de investimentos (tendo em conta a especialização dos portos em diferentes segmentos de mercado) e mobilizando vários instrumentos financeiros;</li> <li>45. Campanhas promocionais conjuntas para transporte marítimo, aumentando a consciencialização sobre as suas vantagens ambientais e económicas;</li> <li>46. Partilhar “inteligência empresarial” entre portos, como por exemplo, estudos de mercado conjuntos.</li> </ul>	<p>Aparentemente, não tem qualquer relação directa com as Prioridades do 6º PAMA</p> <p>Contudo, uma parte das inovações e conhecimentos previstos devem ter por finalidade o melhoramento do desempenho ambiental e, por conseguinte, este objectivo pode ter uma relação directa com:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alterações climáticas)</li> </ul> <p>as acções podem ter um impacto marginal negativo na Prioridade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Natureza e biodiversidade</li> </ul>	<p>Aparentemente, não tem qualquer relação directa com as Estratégias Temáticas</p> <p>Contudo, uma parte das inovações e conhecimentos previstos devem ter por finalidade o melhoramento do desempenho ambiental e, por conseguinte, este objectivo pode ter uma relação directa com:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Poluição atmosférica</li> </ul> <p>as acções podem ter um impacto marginal negativo na Estratégia Temática:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Protecção e conservação do ambiente marinho</li> </ul>

Prioridade 4: Promover sinergias transnacionais no desenvolvimento urbano e regional sustentável		
	Prioridades do 6º PAMA	Estratégias Temáticas
<p>Obj. 4.1: Reunir recursos e conhecimentos no campo do desenvolvimento urbano e rural sustentável</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>47. Transferências de conhecimentos adquiridas no fornecimento de um serviço universal (como distribuição de correio ou acesso à Internet) em zonas rurais frágeis entre regiões parceiras.</li> <li>48. Criação e administração de uma agência conjunta de conhecimentos transnacionais à disposição de autoridades regionais e locais participantes num tema de grande interesse para o desenvolvimento rural ou urbano sustentável (como por exemplo, um dos acima analisados);</li> <li>49. Fornecimento conjunto de serviços de interesse sócio-económico geral através de cooperação entre cidades e regiões e boa utilização de soluções de TIC (como serviços de saúde, educação ou emprego)</li> <li>50. Programas conjuntos de formação à distância destinados a funcionários de administrações locais ou regionais oferecendo módulos de ensino especializado sobre várias questões relacionadas com desenvolvimento urbano ou rural</li> </ul>	<p>Contribuição indirecta positiva para as prioridades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ambiente, saúde e qualidade de vida</li> </ul>	<p>Contribuição indirecta positiva para a Estratégia Temática:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ambiente urbano</li> </ul>
<p>Obj. 4.2: Tornar as cidades e as regiões mais influentes e atraentes através da criação de redes</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>51. Criação de uma agência conjunta de comunicação pública com a finalidade de promover a imagem de marca de uma rede transnacional de regiões que partilham uma característica comum (como ecocidades piloto, regiões Agenda 21 piloto);</li> <li>52. Implementação de uma estratégia conjunta para atrair investidores numa rede transnacional de regiões ou promover o seu comércio internacional (como criação de marcas, Câmara de Comércio transnacional, adidos comerciais no estrangeiro);</li> <li>53. Rede transnacional de regiões atlânticas e as suas ONGs empenhadas numa cooperação descentralizada com países em desenvolvimento.</li> </ul>	<p>Aparentemente, não tem qualquer relação directa com as Prioridades do 6º PAMA</p>	<p>Aparentemente, não tem qualquer relação directa com as Estratégias Temáticas</p>
<p>Obj. 4.3: Conservar e promover o património cultural atlântico de interesse transnacional</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>54. Criação de um centro de formação profissional comum sobre conservação de património cultural, especializado em questões de interesse comum para o património atlântico, como a recuperação de paisagens com floresta ou a preservação de sítios celta;</li> <li>55. Promoção conjunta de locais históricos ligados por um tema transnacional, como os portos de onde partiram os grandes exploradores nas suas viagens de descoberta<sup>5</sup>, de acordo com os princípios do turismo sustentável;</li> <li>56. Criação de marcas e estratégias de comunicação conjuntas no âmbito de redes transnacionais de regiões com sítios importantes para a cultura europeia (como o Mont Saint Michel, Santiago de Compostela) ou incluídos na lista de património mundial da UNESCO (como Le Havre);</li> <li>57. Reunião transnacional de conhecimentos arqueológicos e investigação em sítios de escavações ligados por uma característica comum do património atlântico.</li> </ul>	<p>Aparentemente, não tem qualquer relação directa com as Prioridades do 6º PAMA</p>	<p>Aparentemente, não tem qualquer relação directa com as Estratégias Temáticas</p>

<sup>5</sup> Vasco da Gama, Cristóvão Colombo, Diogo Cão, Bartolomeu Dias, Fernão de Magalhães, Jacques Cartier, James Cook, etc.

## 5.2 Avaliação do Impacto Ambiental do Programa Espaço Atlântico

Programa Operacional Espaço Atlântico	biodiversidade	população	saúde humana	fauna e flora
<b>Prioridade 1: Promover redes de inovação transnacional</b>				
	<b>biodiversidade</b>	<b>população</b>	<b>saúde humana</b>	<b>fauna e flora</b>
<p>Obj. 1.1: Desenvolver transferências de conhecimentos entre empresas e centros de investigação</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criar ou reforçar redes de cooperação entre empresas e centros de investigação de diferentes países;</li> <li>2. Criar centros de recursos transnacionais para recolher e disseminar informações relacionadas com inovação (novas patentes, etc.), transferências de tecnologia e funcionar como um interface entre as PME e centros de investigação a trabalhar em questões de interesse comum;</li> <li>3. Reunir conhecimentos em redes de apoio técnico transnacionais para ajudar as PME a diagnosticar e a resolver questões legais, organizativas e humanas associadas a processos de inovação;</li> <li>4. Reunir resultados de sistemas de vigilância tecnológica e dar formação sobre técnicas de inteligência económica no âmbito de parcerias transnacionais;</li> <li>5. Melhorar o acesso a financiamento para inovação, por exemplo, familiarizando as PME com várias técnicas de engenharia financeira ou criando fundos de inovação transnacionais;</li> <li>6. Desenvolver parcerias transnacionais em torno de centros europeus de excelência especializados em sectores com conteúdos de alta tecnologia.</li> </ol>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo
<p>Obj. 1.2: Melhorar as capacidades competitiva e de inovação em nichos de excelência de economia marítima</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>7. Facilitar a formação ou consolidação de redes transnacionais de núcleos industriais de economia marítima;</li> <li>8. Transferência transnacional de tecnologia e disseminação de conhecimento entre centros de investigação e empresas, particularmente as PME, de economia marítima;</li> <li>9. Elaboração de instrumentos de engenharia financeira para apoiar a inovação na economia marítima.</li> <li>10. Reunir recursos transnacionalmente para melhorar o ambiente de inovação da economia marítima, como por exemplo, fornecimento de serviços empresariais conjuntos, assistência na mobilidade de equipas de trabalho, formação científica e profissional conjunta.</li> </ol>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo

	<b>biodiversidade</b>	<b>população</b>	<b>saúde humana</b>	<b>fauna e flora</b>
<p>Obj. 1.3: Estimular a conversão económica e a diversificação promovendo o potencial endógeno regional</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>12. Explorar o potencial das novas TIC para favorecer o desenvolvimento de circuitos comerciais internacionais para produtos regionais.</li> <li>13. Criar equipas transnacionais especializadas em medidas para melhorar as capacidades de inovação, para reunir ou usar a experiência obtida como referência nos vários enquadramentos nacionais e experimentá-las e transferi-las para regiões com processos de reestruturação em curso;</li> <li>14. Marketing conjunto de vários tipos de turismo sustentável inovador, como por exemplo, o enoturismo ou o turismo subaquático;</li> <li>15. Transferência transnacional de conhecimentos adquiridos no campo da agricultura amiga do ambiente inovadora;</li> <li>16. Criação de uma "escola empresarial atlântica" para formar peritos com conhecimentos elevados em sectores de particular relevância para o Espaço Atlântico, em colaboração com universidades e centros de excelência.</li> </ul>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo
<b>Prioridade 2: Proteger, salvaguardar e melhorar a sustentabilidade do ambiente costeiro e marítimo</b>				
	<b>biodiversidade</b>	<b>população</b>	<b>saúde humana</b>	<b>fauna e flora</b>
<p>Obj. 2.1: Melhorar a segurança marítima</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>17. Identificar, avaliar e planear portos de abrigo para navios em dificuldades;</li> <li>18. Identificar necessidades e aumentar a capacidade dos rebocadores disponíveis;</li> <li>19. Melhoramento da capacidade de resposta, ferramentas, planos de acção e consciencialização a todos os níveis;</li> <li>20. Dar formação a pessoal das autoridades locais e a pescadores;</li> <li>21. Criação de serviços oceanográficos operacionais para controlar a poluição no mar e avaliar a sua gravidade.</li> </ul>	Nenhum impacto directo significativo Contudo, como estas acções têm a finalidade de promover a segurança marítima e reduzir o risco de poluição, as acções poderão ter um impacto positivo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto directo significativo Contudo, como estas acções têm a finalidade de promover a segurança marítima e reduzir o risco de poluição, as acções poderão ter um impacto positivo	Nenhum impacto directo significativo Contudo, como estas acções têm a finalidade de promover a segurança marítima e reduzir o risco de poluição, as acções poderão ter um impacto positivo
<p>Obj. 2.2: Gestão sustentável e protecção de recursos de espaços marinhos</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>22. Experimentação de ferramentas conjuntas e métodos para controlar a evolução de recursos haliêuticos e fundos do mar;</li> <li>23. Definir e implementar estratégias internacionais para proteger e recuperar ecossistemas marinhos (para um fundo do mar ou para toda a área de cooperação)</li> <li>24. Coordenação e troca de conhecimentos entre as autoridades responsáveis por planos de gestão previstos na Directiva de Estratégia Marinha da UE, com implementação conjunta de partes desses planos relevantes transnacionalmente;</li> </ul>	Possível impacto marginal positivo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Possível impacto marginal positivo

	<b>biodiversidade</b>	<b>população</b>	<b>saúde humana</b>	<b>fauna e flora</b>
<p>Obj. 2.3: Explorar o potencial de energias renováveis do ambiente marinho e costeiro</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>25. Criar centros de experimentação conjuntos ou apoiar centros existentes para explorar o potencial de fontes inovadoras de energias renováveis, como por exemplo, energia das correntes marítimas</li> <li>26. Estudos conjuntos de viabilidade ou de engenharia financeira para grandes investimentos em energia eólica off-shore (ao largo da costa)</li> <li>27. Criação de uma agência transnacional para reunir experiência e controlar os progressos feitos no sector das energias marinhas renováveis</li> <li>28. Projectos piloto de demonstração conjuntos para testar tipos experimentais de energias renováveis.</li> </ul>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo
<p>Obj. 2.4: Proteger e promover espaços naturais, recursos hídricos e zonas costeiras</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>29. Extensão da cobertura da área de cooperação através de sítios protegidos pelo Natura 2000 interligados;</li> <li>30. Implementação de uma estratégia de conservação conjunta de reservas naturais, concentrada nos aspectos transnacionais, como por exemplo, a protecção de espécies migratórias.</li> <li>31. Criação e administração de um centro transnacional de conhecimentos de GIZC, processamento de transferências de conhecimentos entre as experiências levadas a cabo em diferentes países;</li> <li>32. Reunir conhecimentos sobre tópicos seleccionados transnacionalmente, como a gestão sustentável de estuários ou espaços industriais abandonados.</li> <li>33. Conceber soluções modelo e testar novos métodos no âmbito de parcerias transnacionais para solucionar a erosão das linhas costeiras.</li> </ul>	Possível impacto marginal positivo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Possível impacto marginal positivo



Prioridade 3: Melhorar a acessibilidade e ligações internas				
	biodiversidade	população	saúde humana	fauna e flora
<p>Obj. 3.1: Promover a interoperacionalidade e continuidade de redes de transporte existente e as intermodalidades marítima/viária/ferroviária/aérea</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>35. Acções que favoreçam uma melhor utilização de ligações ferroviárias transnacionais: melhores ligações com plataformas multimodais, optimização das capacidades dos comboios, preço de transporte viário de mercadorias, lojas de balcão único, formação de maquinistas, lançamento experimental de vias rápidas ferroviárias, etc.</li> <li>36. Parcerias internacionais para explorar e testar meios adequados para melhorar a eficiência de cadeias logísticas multimodais (introdução de tecnologias inteligentes, simplificação da administração, etc.)</li> <li>37. Estudos de viabilidade e análises de custo-benefício sobre a criação de plataformas logísticas;</li> <li>38. Teste de respostas possíveis para problemas de interoperacionalidade</li> <li>39. Criação de uma rede de investigação e inovação centrada na intermodalidade (novos equipamentos, desenvolvimentos tecnológicos, gestão de cadeias logísticas) que envolvam operadores, portos e instituições académicas e de investigação</li> <li>40. Concepção e teste de estratégias transnacionais para melhorar a informação sobre serviços de transporte públicos e optimizar as viagens de passageiros internacionais (por exemplo, emissão de bilhetes integrada)</li> <li>41. Transferência de conhecimentos sobre soluções inovadoras para melhorar a acessibilidade local a aeroportos regionais</li> </ul>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo
<p>Obj. 3.2: Promover o transporte marítimo de curta distância e a cooperação entre portos</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>42. Contribuições para o lançamento da primeira via rápida marítima experimental;</li> <li>43. Desenvolvimento conjunto de tecnologia inteligente para melhorar a eficiência do transporte marítimo de curta distância, como por exemplo, detecção de cargas em tempo real;</li> <li>44. Elaboração de uma estratégia coordenada para investimentos em infra-estruturas em portos marítimos atlânticos, promovendo a complementaridade entre vários tipos de investimentos (tendo em conta a especialização dos portos em diferentes segmentos de mercado) e mobilizando vários instrumentos financeiros;</li> <li>45. Campanhas promocionais conjuntas para transporte marítimo, aumentando a consciencialização sobre as suas vantagens ambientais e económicas;</li> <li>46. Partilhar “inteligência empresarial” entre portos, como por exemplo, estudos de mercado conjuntos.</li> </ul>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo

<b>Prioridade 4: Promover sinergias transnacionais no desenvolvimento urbano e regional sustentável</b>				
	<b>biodiversidade</b>	<b>população</b>	<b>saúde humana</b>	<b>fauna e flora</b>
<p>Obj. 4.1: Reunir recursos e conhecimentos no campo do desenvolvimento urbano e rural sustentável</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>47. Transferências de conhecimentos adquiridas no fornecimento de um serviço universal (como distribuição de correio ou acesso à Internet) em zonas rurais frágeis entre regiões parceiras.</li> <li>48. Criação e administração de uma agência conjunta de conhecimentos transnacionais à disposição de autoridades regionais e locais participantes num tema de grande interesse para o desenvolvimento rural ou urbano sustentável (como por exemplo, um dos acima analisados);</li> <li>49. Fornecimento conjunto de serviços de interesse sócio-económico geral através de cooperação entre cidades e regiões e boa utilização de soluções de TIC (como serviços de saúde, educação ou emprego)</li> <li>50. Programas conjuntos de formação à distância destinados a funcionários de administrações locais ou regionais oferecendo módulos de ensino especializado sobre várias questões relacionadas com desenvolvimento urbano ou rural</li> </ul>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo
<p>Obj. 4.2: Tornar as cidades e as regiões mais influentes e atraentes através da criação de redes</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>51. Criação de uma agência conjunta de comunicação pública com a finalidade de promover a imagem de marca de uma rede transnacional de regiões que partilham uma característica comum (como ecocidades piloto, regiões Agenda 21 piloto);</li> <li>52. Implementação de uma estratégia conjunta para atrair investidores numa rede transnacional de regiões ou promover o seu comércio internacional (como criação de marcas, Câmara de Comércio transnacional, adidos comerciais no estrangeiro);</li> <li>53. Rede transnacional de regiões atlânticas e as suas ONGs empenhadas numa cooperação descentralizada com países em desenvolvimento.</li> </ul>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo
<p>Obj. 4.3: Conservar e promover o património cultural atlântico de interesse transnacional</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>54. Criação de um centro de formação profissional comum sobre conservação de património cultural, especializado em questões de interesse comum para o património atlântico, como a recuperação de paisagens com floresta ou a preservação de sítios celta;</li> <li>55. Promoção conjunta de locais históricos ligados por um tema transnacional, como os portos de onde partiram os grandes exploradores nas suas viagens de descoberta<sup>6</sup>, de acordo com os princípios do turismo sustentável;</li> <li>56. Criação de marcas e estratégias de comunicação conjuntas no âmbito de redes transnacionais de regiões com sítios importantes para a cultura europeia (como o Mont Saint Michel, Santiago de Compostela) ou incluídos na lista de património mundial da UNESCO (como Le Havre);</li> <li>57. Reunião transnacional de conhecimentos arqueológicos e investigação em sítios de escavações ligados por uma característica comum do património atlântico.</li> </ul>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo

<sup>6</sup> Vasco da Gama, Cristóvão Colombo, Diogo Cão, Bartolomeu Dias, Fernão de Magalhães, Jacques Cartier, James Cook, etc.

Programa Operacional Espaço Atlântico	solo	água	ar	factores climáticos
<b>Prioridade 1: Promover redes de inovação transnacional</b>				
	solo	água	ar	factores climáticos
<p>Obj. 1.1: Desenvolver transferências de conhecimentos entre empresas e centros de investigação</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criar ou reforçar redes de cooperação entre empresas e centros de investigação de diferentes países;</li> <li>2. Criar centros de recursos transnacionais para recolher e disseminar informações relacionadas com inovação (novas patentes, etc.), transferências de tecnologia e funcionar como um interface entre as PME e centros de investigação a trabalhar em questões de interesse comum;</li> <li>3. Reunir conhecimentos em redes de apoio técnico transnacionais para ajudar as PME a diagnosticar e a resolver questões legais, organizativas e humanas associadas a processos de inovação;</li> <li>4. Reunir resultados de sistemas de vigilância tecnológica e dar formação sobre técnicas de inteligência económica no âmbito de parcerias transnacionais;</li> <li>5. Melhorar o acesso a financiamento para inovação, por exemplo, familiarizando as PME com várias técnicas de engenharia financeira ou criando fundos de inovação transnacionais;</li> <li>6. Desenvolver parcerias transnacionais em torno de centros europeus de excelência especializados em sectores com conteúdos de alta tecnologia.</li> </ol>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo
<p>Obj. 1.2: Melhorar as capacidades competitiva e de inovação em nichos de excelência de economia marítima</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>7. Facilitar a formação ou consolidação de redes transnacionais de núcleos industriais de economia marítima;</li> <li>8. Transferência transnacional de tecnologia e disseminação de conhecimento entre centros de investigação e empresas, particularmente as PME, de economia marítima;</li> <li>9. Elaboração de instrumentos de engenharia financeira para apoiar a inovação na economia marítima.</li> <li>10. Reunir recursos transnacionalmente para melhorar o ambiente de inovação da economia marítima, como por exemplo, fornecimento de serviços empresariais conjuntos, assistência na mobilidade de equipas de trabalho, formação científica e profissional conjunta.</li> </ol>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo
<p>Obj. 1.3: Estimular a conversão económica e a diversificação promovendo o potencial endógeno regional</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>12. Explorar o potencial das novas TIC para favorecer o desenvolvimento de circuitos comerciais internacionais para produtos regionais.</li> <li>13. Criar equipas transnacionais especializadas em medidas para melhorar as capacidades de inovação, para reunir ou usar a experiência obtida como referência nos vários enquadramentos nacionais e experimentá-las e transferi-las para regiões com processos de reestruturação em curso;</li> <li>14. Marketing conjunto de vários tipos de turismo sustentável inovador, como por exemplo, o enoturismo ou o turismo subaquático;</li> <li>15. Transferência transnacional de conhecimentos adquiridos no campo da agricultura amiga do ambiente inovadora;</li> <li>16. Criação de uma "escola empresarial atlântica" para formar peritos com conhecimentos elevados em sectores de particular relevância para o Espaço Atlântico, em colaboração com universidades e centros de excelência.</li> </ol>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo

<b>Prioridade 2: Proteger, salvaguardar e melhorar a sustentabilidade do ambiente costeiro e marítimo</b>				
	<b>solo</b>	<b>água</b>	<b>ar</b>	<b>factores climáticos</b>
<p>Obj. 2.1: Melhorar a segurança marítima</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>17. Identificar, avaliar e planear portos de abrigo para navios em dificuldades;</li> <li>18. Identificar necessidades e aumentar a capacidade dos rebocadores disponíveis;</li> <li>19. Melhoramento da capacidade de resposta, ferramentas, planos de acção e consciencialização a todos os níveis;</li> <li>20. Dar formação a pessoal das autoridades locais e a pescadores;</li> <li>21. Criação de serviços oceanográficos operacionais para controlar a poluição no mar e avaliar a sua gravidade.</li> </ul>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto directo significativo Contudo, como estas acções têm a finalidade de promover a segurança marítima e reduzir o risco de poluição, as acções poderão ter um impacto positivo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo
<p>Obj. 2.2: Gestão sustentável e protecção de recursos de espaços marinhos</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>22. Experimentação de ferramentas conjuntas e métodos para controlar a evolução de recursos haliêuticos e fundos do mar;</li> <li>23. Definir e implementar estratégias internacionais para proteger e recuperar ecossistemas marinhos (para um fundo do mar ou para toda a área de cooperação)</li> <li>24. Coordenação e troca de conhecimentos entre as autoridades responsáveis por planos de gestão previstos na Directiva de Estratégia Marinha da UE, com implementação conjunta de partes desses planos relevantes transnacionalmente;</li> </ul>	Nenhum impacto significativo	Possível impacto marginal positivo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo
<p>Obj. 2.3: Explorar o potencial de energias renováveis do ambiente marinho e costeiro</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>26. Criar centros de experimentação conjuntos ou apoiar centros existentes para explorar o potencial de fontes inovadoras de energias renováveis, como por exemplo, energia das correntes marítimas</li> <li>27. Estudos conjuntos de viabilidade ou de engenharia financeira para grandes investimentos em energia eólica off-shore (ao largo da costa)</li> <li>28. Criação de uma agência transnacional para reunir experiência e controlar os progressos feitos no sector das energias marinhas renováveis</li> <li>29. Projectos piloto de demonstração conjuntos para testar tipos experimentais de energias renováveis.</li> </ul>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Possível impacto marginal positivo devido à substituição de combustíveis convencionais.	Possível impacto marginal positivo devido à substituição de combustíveis convencionais.

	solo	água	ar	factores climáticos
<p>Obj. 2.4: Proteger e promover espaços naturais, recursos hídricos e zonas costeiras</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>30. Extensão da cobertura da área de cooperação através de sítios protegidos pelo Natura 2000 interligados;</li> <li>31. Implementação de uma estratégia de conservação conjunta de reservas naturais, concentrada nos aspectos transnacionais, como por exemplo, a protecção de espécies migratórias.</li> <li>32. Criação e administração de um centro transnacional de conhecimentos de GIZC, processamento de transferências de conhecimentos entre as experiências levadas a cabo em diferentes países;</li> <li>33. Reunir conhecimentos sobre tópicos seleccionados transnacionalmente, como a gestão sustentável de estuários ou espaços industriais abandonados.</li> <li>34. Conceber soluções modelo e testar novos métodos no âmbito de parcerias transnacionais para solucionar a erosão das linhas costeiras.</li> </ul>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo
<b>Prioridade 3: Melhorar a acessibilidade e ligações internas</b>				
	solo	água	ar	factores climáticos
<p>Obj. 3.1: Promover a interoperacionalidade e continuidade de redes de transporte existente e as intermodalidades marítima/viária/ferroviária/aérea</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>35. Acções que favoreçam uma melhor utilização de ligações ferroviárias transnacionais: melhores ligações com plataformas multimodais, optimização das capacidades dos comboios, preço de transporte viário de mercadorias, lojas de balcão único, formação de maquinistas, lançamento experimental de vias rápidas ferroviárias, etc.</li> <li>36. Parcerias internacionais para explorar e testar meios adequados para melhorar a eficiência de cadeias logísticas multimodais (introdução de tecnologias inteligentes, simplificação da administração, etc.)</li> <li>37. Estudos de viabilidade e análises de custo-benefício sobre a criação de plataformas logísticas;</li> <li>38. Teste de respostas possíveis para problemas de interoperacionalidade</li> <li>39. Criação de uma rede de investigação e inovação centrada na intermodalidade (novos equipamentos, desenvolvimentos tecnológicos, gestão de cadeias logísticas) que envolvam operadores, portos e instituições académicas e de investigação</li> <li>40. Concepção e teste de estratégias transnacionais para melhorar a informação sobre serviços de transporte públicos e optimizar as viagens de passageiros internacionais (por exemplo, emissão de bilhetes integrada)</li> <li>41. Transferência de conhecimentos sobre soluções inovadoras para melhorar a acessibilidade local a aeroportos regionais</li> </ul>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo

	solo	água	ar	factores climáticos
<p>Obj. 3.2: Promover o transporte marítimo de curta distância e a cooperação entre portos</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>42. Contribuições para o lançamento da primeira via rápida marítima experimental;</li> <li>43. Desenvolvimento conjunto de tecnologia inteligente para melhorar a eficiência do transporte marítimo de curta distância, como por exemplo, detecção de cargas em tempo real;</li> <li>44. Elaboração de uma estratégia coordenada para investimentos em infra-estruturas em portos marítimos atlânticos, promovendo a complementaridade entre vários tipos de investimentos (tendo em conta a especialização dos portos em diferentes segmentos de mercado) e mobilizando vários instrumentos financeiros;</li> <li>45. Campanhas promocionais conjuntas para transporte marítimo, aumentando a consciencialização sobre as suas vantagens ambientais e económicas;</li> <li>46. Partilhar “inteligência empresarial” entre portos, como por exemplo, estudos de mercado conjuntos.</li> </ul>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo
<b>Prioridade 4: Promover sinergias transnacionais no desenvolvimento urbano e regional sustentável</b>				
	solo	água	ar	factores climáticos
<p>Obj. 4.1: Reunir recursos e conhecimentos no campo do desenvolvimento urbano e rural sustentável</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>47. Transferências de conhecimentos adquiridas no fornecimento de um serviço universal (como distribuição de correio ou acesso à Internet) em zonas rurais frágeis entre regiões parceiras.</li> <li>48. Criação e administração de uma agência conjunta de conhecimentos transnacionais à disposição de autoridades regionais e locais participantes num tema de grande interesse para o desenvolvimento rural ou urbano sustentável (como por exemplo, um dos acima analisados);</li> <li>49. Fornecimento conjunto de serviços de interesse sócio-económico geral através de cooperação entre cidades e regiões e boa utilização de soluções de TIC (como serviços de saúde, educação ou emprego)</li> <li>50. Programas conjuntos de formação à distância destinados a funcionários de administrações locais ou regionais oferecendo módulos de ensino especializado sobre várias questões relacionadas com desenvolvimento urbano ou rural</li> </ul>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo
<p>Obj. 4.2: Tornar as cidades e as regiões mais influentes e atraentes através da criação de redes</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>51. Criação de uma agência conjunta de comunicação pública com a finalidade de promover a imagem de marca de uma rede transnacional de regiões que partilham uma característica comum (como ecocidades piloto, regiões Agenda 21 piloto);</li> <li>52. Implementação de uma estratégia conjunta para atrair investidores numa rede transnacional de regiões ou promover o seu comércio internacional (como criação de marcas, Câmara de Comércio transnacional, adidos comerciais no estrangeiro);</li> <li>53. Rede transnacional de regiões atlânticas e as suas ONGs empenhadas numa cooperação descentralizada com países em desenvolvimento.</li> </ul>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo

	solo	água	ar	factores climáticos
<p>Obj. 4.3: Conservar e promover o património cultural atlântico de interesse transnacional</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <p>54. Criação de um centro de formação profissional comum sobre conservação de património cultural, especializado em questões de interesse comum para o património atlântico, como a recuperação de paisagens com floresta ou a preservação de sítios celta;</p> <p>55. Promoção conjunta de locais históricos ligados por um tema transnacional, como os portos de onde partiram os grandes exploradores nas suas viagens de descoberta<sup>7</sup>, de acordo com os princípios do turismo sustentável;</p> <p>56. Criação de marcas e estratégias de comunicação conjuntas no âmbito de redes transnacionais de regiões com sítios importantes para a cultura europeia (como o Mont Saint Michel, Santiago de Compostela) ou incluídos na lista de património mundial da UNESCO (como Le Havre);</p> <p>57. Reunião transnacional de conhecimentos arqueológicos e investigação em sítios de escavações ligados por uma característica comum do património atlântico.</p>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo

<sup>7</sup> Vasco da Gama, Cristóvão Colombo, Diogo Cão, Bartolomeu Dias, Fernão de Magalhães, Jacques Cartier, James Cook, etc.

Programa Operacional Espaço Atlântico	bens materiais	património cultural	paisagem
<b>Prioridade 1: Promover redes de inovação transnacional</b>			
<p>Obj. 1.1: Desenvolver transferências de conhecimentos entre empresas e centros de investigação</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criar ou reforçar redes de cooperação entre empresas e centros de investigação de diferentes países;</li> <li>2. Criar centros de recursos transnacionais para recolher e disseminar informações relacionadas com inovação (novas patentes, etc.), transferências de tecnologia e funcionar como um interface entre as PME e centros de investigação a trabalhar em questões de interesse comum;</li> <li>3. Reunir conhecimentos em redes de apoio técnico transnacionais para ajudar as PME a diagnosticar e a resolver questões legais, organizativas e humanas associadas a processos de inovação;</li> <li>4. Reunir resultados de sistemas de vigilância tecnológica e dar formação sobre técnicas de inteligência económica no âmbito de parcerias transnacionais;</li> <li>5. Melhorar o acesso a financiamento para inovação, por exemplo, familiarizando as PME com várias técnicas de engenharia financeira ou criando fundos de inovação transnacionais;</li> <li>6. Desenvolver parcerias transnacionais em torno de centros europeus de excelência especializados em sectores com conteúdos de alta tecnologia.</li> </ol>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo
<p>Obj. 1.2: Melhorar as capacidades competitiva e de inovação em nichos de excelência de economia marítima</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>7. Facilitar a formação ou consolidação de redes transnacionais de núcleos industriais de economia marítima;</li> <li>8. Transferência transnacional de tecnologia e disseminação de conhecimento entre centros de investigação e empresas, particularmente as PME, de economia marítima;</li> <li>9. Elaboração de instrumentos de engenharia financeira para apoiar a inovação na economia marítima.</li> <li>10. Reunir recursos transnacionalmente para melhorar o ambiente de inovação da economia marítima, como por exemplo, fornecimento de serviços empresariais conjuntos, assistência na mobilidade de equipas de trabalho, formação científica e profissional conjunta.</li> </ol>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo
<p>Obj. 1.3: Estimular a conversão económica e a diversificação promovendo o potencial endógeno regional</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>12. Explorar o potencial das novas TIC para favorecer o desenvolvimento de circuitos comerciais internacionais para produtos regionais.</li> <li>13. Criar equipas transnacionais especializadas em medidas para melhorar as capacidades de inovação, para reunir ou usar a experiência obtida como referência nos vários enquadramentos nacionais e experimentá-las e transferi-las para regiões com processos de reestruturação em curso;</li> <li>14. Marketing conjunto de vários tipos de turismo sustentável inovador, como por exemplo, o enoturismo ou o turismo subaquático;</li> <li>15. Transferência transnacional de conhecimentos adquiridos no campo da agricultura amiga do ambiente inovadora;</li> <li>16. Criação de uma "escola empresarial atlântica" para formar peritos com conhecimentos elevados em sectores de particular relevância para o Espaço Atlântico, em colaboração com universidades e centros de excelência.</li> </ol>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo



<b>Prioridade 2: Proteger, salvaguardar e melhorar a sustentabilidade do ambiente costeiro e marítimo</b>			
<p>Obj. 2.1: Melhorar a segurança marítima</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>17. Identificar, avaliar e planear portos de abrigo para navios em dificuldades;</li> <li>18. Identificar necessidades e aumentar a capacidade dos rebocadores disponíveis;</li> <li>19. Melhoramento da capacidade de resposta, ferramentas, planos de acção e consciencialização a todos os níveis;</li> <li>20. Dar formação a pessoal das autoridades locais e a pescadores;</li> <li>21. Criação de serviços oceanográficos operacionais para controlar a poluição no mar e avaliar a sua gravidade.</li> </ul>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo
<p>Obj. 2.2: Gestão sustentável e protecção de recursos de espaços marinhos</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>22. Experimentação de ferramentas conjuntas e métodos para controlar a evolução de recursos haliêuticos e fundos do mar;</li> <li>23. Definir e implementar estratégias internacionais para proteger e recuperar ecossistemas marinhos (para um fundo do mar ou para toda a área de cooperação)</li> <li>24. Coordenação e troca de conhecimentos entre as autoridades responsáveis por planos de gestão previstos na Directiva de Estratégia Marinha da UE, com implementação conjunta de partes desses planos relevantes transnacionalmente;</li> </ul>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo
<p>Obj. 2.3: Explorar o potencial de energias renováveis do ambiente marinho e costeiro</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>26. Criar centros de experimentação conjuntos ou apoiar centros existentes para explorar o potencial de fontes inovadoras de energias renováveis, como por exemplo, energia das correntes marítimas</li> <li>27. Estudos conjuntos de viabilidade ou de engenharia financeira para grandes investimentos em energia eólica off-shore (ao largo da costa)</li> <li>28. Criação de uma agência transnacional para reunir experiência e controlar os progressos feitos no sector das energias marinhas renováveis</li> <li>29. Projectos piloto de demonstração conjuntos para testar tipos experimentais de energias renováveis.</li> </ul>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo
<p>Obj. 2.4: Proteger e promover espaços naturais, recursos hídricos e zonas costeiras</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>30. Extensão da cobertura da área de cooperação através de sítios protegidos pelo Natura 2000 interligados;</li> <li>31. Implementação de uma estratégia de conservação conjunta de reservas naturais, concentrada nos aspectos transnacionais, como por exemplo, a protecção de espécies migratórias.</li> <li>32. Criação e administração de um centro transnacional de conhecimentos de GIZC, processamento de transferências de conhecimentos entre as experiências levadas a cabo em diferentes países;</li> <li>33. Reunir conhecimentos sobre tópicos seleccionados transnacionalmente, como a gestão sustentável de estuários ou espaços industriais abandonados.</li> <li>34. Conceber soluções modelo e testar novos métodos no âmbito de parcerias transnacionais para solucionar a erosão das linhas costeiras.</li> </ul>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Impacto marginal positivo

<b>Prioridade 3: Melhorar a acessibilidade e ligações internas</b>			
<p>Obj. 3.1: Promover a interoperacionalidade e continuidade de redes de transporte existente e as intermodalidades marítima/viária/ferroviária/aérea</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>35. Acções que favoreçam uma melhor utilização de ligações ferroviárias transnacionais: melhores ligações com plataformas multimodais, optimização das capacidades dos comboios, preço de transporte viário de mercadorias, lojas de balcão único, formação de maquinistas, lançamento experimental de vias rápidas ferroviárias, etc.</li> <li>36. Parcerias internacionais para explorar e testar meios adequados para melhorar a eficiência de cadeias logísticas multimodais (introdução de tecnologias inteligentes, simplificação da administração, etc.)</li> <li>37. Estudos de viabilidade e análises de custo-benefício sobre a criação de plataformas logísticas;</li> <li>38. Teste de respostas possíveis para problemas de interoperacionalidade</li> <li>39. Criação de uma rede de investigação e inovação centrada na intermodalidade (novos equipamentos, desenvolvimentos tecnológicos, gestão de cadeias logísticas) que envolvam operadores, portos e instituições académicas e de investigação</li> <li>40. Concepção e teste de estratégias transnacionais para melhorar a informação sobre serviços de transporte públicos e optimizar as viagens de passageiros internacionais (por exemplo, emissão de bilhetes integrada)</li> <li>41. Transferência de conhecimentos sobre soluções inovadoras para melhorar a acessibilidade local a aeroportos regionais</li> </ul>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo
<p>Obj. 3.2: Promover o transporte marítimo de curta distância e a cooperação entre portos</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>42. Contribuições para o lançamento da primeira via rápida marítima experimental;</li> <li>43. Desenvolvimento conjunto de tecnologia inteligente para melhorar a eficiência do transporte marítimo de curta distância, como por exemplo, detecção de cargas em tempo real;</li> <li>44. Elaboração de uma estratégia coordenada para investimentos em infra-estruturas em portos marítimos atlânticos, promovendo a complementaridade entre vários tipos de investimentos (tendo em conta a especialização dos portos em diferentes segmentos de mercado) e mobilizando vários instrumentos financeiros;</li> <li>45. Campanhas promocionais conjuntas para transporte marítimo, aumentando a consciencialização sobre as suas vantagens ambientais e económicas;</li> <li>46. Partilhar “inteligência empresarial” entre portos, como por exemplo, estudos de mercado conjuntos.</li> </ul>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo
<b>Prioridade 4: Promover sinergias transnacionais no desenvolvimento urbano e regional sustentável</b>			
	<b>bens materiais</b>	<b>património cultural</b>	<b>Paisagem</b>

	<b>bens materiais</b>	<b>património cultural</b>	<b>Paisagem</b>
<p>Obj. 4.1: Reunir recursos e conhecimentos no campo do desenvolvimento urbano e rural sustentável</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <p>47. Transferências de conhecimentos adquiridas no fornecimento de um serviço universal (como distribuição de correio ou acesso à Internet) em zonas rurais frágeis entre regiões parceiras.</p> <p>48. Criação e administração de uma agência conjunta de conhecimentos transnacionais à disposição de autoridades regionais e locais participantes num tema de grande interesse para o desenvolvimento rural ou urbano sustentável (como por exemplo, um dos acima analisados);</p> <p>49. Fornecimento conjunto de serviços de interesse sócio-económico geral através de cooperação entre cidades e regiões e boa utilização de soluções de TIC (como serviços de saúde, educação ou emprego)</p> <p>50. Programas conjuntos de formação à distância destinados a funcionários de administrações locais ou regionais oferecendo módulos de ensino especializado sobre várias questões relacionadas com desenvolvimento urbano ou rural</p>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Impacto marginal positivo
<p>Obj. 4.2: Tornar as cidades e as regiões mais influentes e atraentes através da criação de redes</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <p>51. Criação de uma agência conjunta de comunicação pública com a finalidade de promover a imagem de marca de uma rede transnacional de regiões que partilham uma característica comum (como ecocidades piloto, regiões Agenda 21 piloto);</p> <p>52. Implementação de uma estratégia conjunta para atrair investidores numa rede transnacional de regiões ou promover o seu comércio internacional (como criação de marcas, Câmara de Comércio transnacional, adidos comerciais no estrangeiro);</p> <p>53. Rede transnacional de regiões atlânticas e as suas ONGs empenhadas numa cooperação descentralizada com países em desenvolvimento.</p>	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo	Nenhum impacto significativo
<p>Obj. 4.3: Conservar e promover o património cultural atlântico de interesse transnacional</p> <p>Exemplos de acções possíveis:</p> <p>54. Criação de um centro de formação profissional comum sobre conservação de património cultural, especializado em questões de interesse comum para o património atlântico, como a recuperação de paisagens com floresta ou a preservação de sítios celta;</p> <p>55. Promoção conjunta de locais históricos ligados por um tema transnacional, como os portos de onde partiram os grandes exploradores nas suas viagens de descoberta<sup>8</sup>, de acordo com os princípios do turismo sustentável;</p> <p>56. Criação de marcas e estratégias de comunicação conjuntas no âmbito de redes transnacionais de regiões com sítios importantes para a cultura europeia (como o Mont Saint Michel, Santiago de Compostela) ou incluídos na lista de património mundial da UNESCO (como Le Havre);</p> <p>57. Reunião transnacional de conhecimentos arqueológicos e investigação em sítios de escavações ligados por uma característica comum do património atlântico.</p>	Nenhum impacto significativo	Impacto marginal positivo	Nenhum impacto significativo

<sup>8</sup> Vasco da Gama, Cristóvão Colombo, Diogo Cão, Bartolomeu Dias, Fernão de Magalhães, Jacques Cartier, James Cook, etc.

### 5.3 Conclusões da avaliação ambiental

Basicamente, o Programa Espaço Atlântico não terá impactos ambientais significativos devido à sua grande amplitude geográfica e ao tipo de actividades que serão co-financiadas: projectos “pequenos” com pequenos orçamentos (as acções poderão envolver grandes trocas de informação, partilha de experiências, etc.).

Como é evidente, nesta fase do programa, nenhuma das actividades ou projectos são descritos com detalhe suficiente para fornecerem uma base de avaliação quantitativa. Todas as avaliações são qualitativas e baseadas em pareceres de peritos e em experiências de avaliação de impactos ambientais neste nível de planeamento/programação.

**A finalidade e os objectivos do programa realçam o desenvolvimento sustentável como uma parte intrínseca dos objectivos do programa. Isso indica que, por princípio, o programa é concebido tendo em devida consideração os possíveis impactos ambientais que advenham das iniciativas programáticas propostas.** Além disso, a Prioridade 2 tem objectivos ambientais explícitos, o que significa que existe uma forte probabilidade de que isso conduzirá a efeitos ambientais positivos.

Além disso, o avaliador reconhece que existe um forte empenho dos principais intervenientes nas tomadas de decisões relacionadas com o Programa Operacional Espaço Atlântico para que esses projectos apoiados sejam concebidos por forma a terem um impacto ambiental positivo ou, pelo menos, que as questões ambientais sejam tratadas com o devido cuidado.

As conclusões seguintes podem ser retiradas tendo em conta o potencial impacto ambiental de cada uma das quatro prioridades do Programa Operacional Espaço Atlântico:

- Prioridade 1 – Promover redes de inovação transnacional: nenhum impacto ambiental significativo.
- Prioridade 2 – Proteger, salvaguardar e melhorar a sustentabilidade ambiental marinha e costeira: contribuição marginal directa positiva para o ambiente.
- Prioridade 3 – Melhorar o acesso e as ligações internas: nenhum impacto ambiental significativo.

Os projectos financiados no âmbito da prioridade 3 não terão, por si só, efeitos ambientais significativos devido à sua “pequena” dimensão. Contudo, os projectos no âmbito do objectivo específico 3.2, visando particularmente a promoção do transporte marítimo de curta distância, devem obrigatoriamente considerar possíveis efeitos ambientais que esta actividade teria caso fosse implementada. Os estudos financiados pelos Programas Espaço Atlântico anteriores incluíram seguramente considerações ambientais na avaliação da viabilidade das rotas de transporte marítimo de curta distância. Por esta razão, o avaliador está confiante de que as considerações ambientais permanecerão o factor essencial nos projectos no âmbito desta prioridade.

Além disso, seria muito importante se alguns dos projectos tivessem o objectivo de apresentar soluções ideais em termos de efeitos ambientais ou de apoiar a ecoinovação para reduzir a poluição provocada pelo transporte marítimo, etc.

- Prioridade 4 - Promover sinergias transnacionais no desenvolvimento urbano e regional sustentável. Nenhum impacto ambiental significativo

Em suma, deve ser salientado, no entanto, que a uma escala europeia, os projectos com orçamentos desta dimensão só podem produzir um impacto geral económico, social e, portanto, também ambiental limitado. A distribuição dos meios financeiros entre as 4 prioridades e 12 objectivos específicos não está decidida nesta fase. Contudo, uma transferência de meios financeiros não vai alterar este facto de modo significativo. Além disso, grande parte deste orçamento, mesmo para projectos com fins ambientais claros, será gasto na criação de estruturas transnacionais, na concepção de planos de acção, e outros, e apenas uma pequena parte na implementação de medidas ambientais concretas.

Obviamente, isso não diminui o valor intrínseco dos objectivos do Programa Espaço Atlântico ou dos projectos individuais, funcionando os principais efeitos do Programa como um todo no campo da sensibilização e encorajamento de iniciativas destinadas à sustentabilidade.

## **6. MEDIDAS E CONTROLO**

### **6.1 Selecção de projectos e procedimentos de controlo**

Obviamente, não será o Programa Espaço Atlântico propriamente dito, mas o tipo de acções e projectos financiados por este que determinarão o impacto ambiental do Programa. Portanto, será crucial uma selecção de projectos e procedimentos de controlo que dêem ênfase adequada a questões ambientais e à sustentabilidade.

Os procedimentos de selecção e de controlo fazem parte da estrutura de implementação geral do Programa Espaço Atlântico.

### **6.2 Sugestões relativas à selecção e controlo de projectos**

#### **6.3.1 Procedimento de selecção**

A estrutura de implementação descrita no Programa Operacional garantirá normalmente um selecção suficientemente criteriosa das candidaturas de projectos para que cumpram as prioridades e objectivos do Programa Espaço Atlântico, incluindo os seus objectivos ambientais e efeitos (secundários) ambientais positivos. O procedimento permite direccionar as candidaturas de projectos com potencial suficiente para uma contribuição mais eficiente com vista à concretização dos objectivos.

Para garantir uma focalização adequada para as questões ambientais e de sustentabilidade, os organismos envolvidos no procedimento de selecção de projectos devem incluir um número de peritos ambientais adequado (como representantes de agências ambientais dos Estados-Membros). O requisito mínimo é a participação de um grupo de trabalho de aconselhamento transnacional ou, melhor, de um grupo de trabalho de aconselhamento específico dedicado a questões ambientais. Mas como estes grupos de trabalho têm uma função estritamente de aconselhamento e não estão envolvidos no próprio projecto de selecção, também seria adequado que o Comité de Controlo e/ou Direcção incluisse pelo menos um perito ambiental.

O grupo de trabalho de aconselhamento sobre questões ambientais proposto dará, regularmente, conselhos sobre todos os tipos de programas e projectos transnacionais. Isso garantiria consistência, continuidade e eficiência no seu processo de tomada de decisões.

Para suavizar o procedimento de avaliação, cada candidatura de projecto deveria incluir um pequeno resumo sobre os aspectos ambientais do projecto<sup>9</sup>. O conteúdo deste resumo dependerá do tipo de projecto:

- para projectos definidos geograficamente – que tratem de uma área (transfronteiriça) específica (como uma bacia fluvial ou uma área costeira) ou com várias áreas não adjacentes com questões comparáveis (como cidades em diferentes estados-membros) – este resumo deve incluir uma breve descrição da situação ambiental da (s) área(s) do projecto, com destaque para os aspectos ambientais que serão tratados especificamente pelo projecto (como a qualidade da água, riscos de cheias, ou outros);
- para projectos não definidos geograficamente – como projectos relacionados com a implementação de certas técnicas inovadoras em instalações industriais – o resumo deve conter uma descrição dos melhoramentos ambientais previstos pelo projecto e os seus possíveis efeitos secundários (negativos).

Em suma: as avaliações de projectos definidos geograficamente vão concentrar-se logicamente na “vertente de imissão” (qualidade ambiental local), enquanto que os não definidos geograficamente vão concentrar-se na “vertente da emissão” (resíduos, poluentes), nas matérias primas e consumo de energia.

Devido a uma possível variedade grande de projectos propostos, é simultaneamente impossível e indesejável definir critérios de avaliação estritos para cada tópico ambiental. Os pareceres de peritos serão o principal factor de avaliação. No entanto, devem existir requisitos de qualidade mínimos e padronização nos resumos ambientais preparados pelos candidatos. Logicamente, estes padrões devem ser definidos pelo grupo de trabalho de aconselhamento sobre questões ambientais, que também emite pareceres especializados acerca das propostas de projectos. Obviamente, todas estas informações são também transmitidas ao Comité de Controlo, ao Comité de Direcção e ao Secretariado Técnico Conjunto.

Por exemplo, o procedimento de selecção, tal como está descrito, garantiria que os projectos apresentados no âmbito da Prioridade 1 "Promover redes de inovação transnacionais", relativas a novas patentes, só tratariam de patentes que cumprissem requisitos ambientais. O procedimento de selecção deve encorajar projectos que envolvam formação ambiental específica no respectivo campo quando isso for pertinente.

---

<sup>9</sup> O formato deste resumo será acordado e fará parte do formulário de candidatura.

Se estas sugestões forem seguidas, o procedimento de selecção conforme descrito no Programa Operacional deve garantir que todos os projectos seleccionados não só se adequam às prioridades e objectivo do Espaço Atlântico, mas até certo ponto também contribuem para objectivos ambientais que o Programa não trata especificamente.

### 6.3.2 Controlo

Pela sua dimensão e natureza, muitos dos projectos seleccionados estarão sujeitos a avaliação ambiental na sua fase de execução, por exemplo, uma AAE no caso de um plano de desenvolvimento regional ou uma AIA no caso de projectos de infra-estruturas em betão. Essa AAE ou AIA fornecerá os instrumentos de controlo necessários. Mas também os projectos “livres” de uma avaliação ambiental formal devem ter os seus efeitos (secundários) ambientais controlados. Em todos os casos, o *resumo ambiental* a incluir na candidatura pode funcionar como documento de referência.

O aspectos ambientais a controlar e a forma como o controlo deve ser efectuado deve depender bastante do tipo de projecto. Não podem ser estabelecidos critérios de controlo nesta fase, mas estes devem ser determinados pelo Comité de Controlo, apoiado nesta questão pelo grupo de trabalho de aconselhamento sobre questões ambientais.

As linhas orientadoras europeias indicam cinco tipos de indicadores:

- indicadores de base: indicadores sobre a situação de referência geral no início do projecto;
- indicadores de investimento: investimento financeiro (orçamento do programa e outros meios) atribuídos a um certo objectivo ou acção;
- indicadores de produção: indicadores relacionados com a execução do próprio Programa = número de iniciativas suportadas e montante total atribuído;
- indicadores de resultados: indicadores que avaliam os efeitos directos de uma acção (como a redução de emissões por fábricas resultante da implementação de uma técnica inovadora; aumento da capacidade de infra-estruturas relacionado com a gestão de tráfego; e outros);
- Os indicadores de impacto: indicadores sobre a situação geral = evolução absoluta e relativa dos indicadores de base.

Os indicadores de investimento e de produção são indicadores padronizados semelhantes para todos os projectos ou acções, independentemente do seu tipo. Os indicadores de resultados dependem do projecto e devem ser determinados no início do projecto. O mesmo acontece para os indicadores de impacto de projectos definidos geograficamente, porque dependem da delimitação e de características da(s) área(s) do projecto em questão.



## **7. RESUMO NÃO TÉCNICO**

### **7.1 Introdução**

Esta avaliação ambiental é levada a cabo de acordo com a Directiva Europeia 2001/42/CE relativa à avaliação do efeito de determinados planos e programas no ambiente: a Directiva de AAE (Avaliação Ambiental Estratégica). O objectivo da Directiva AAE é “estabelecer um nível elevado de protecção do ambiente e contribuir para a integração de considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas com vista a promover um desenvolvimento sustentável”. Será efectuada uma Avaliação Ambiental Estratégica para programas e planos com possibilidades de virem a ter um impacto ambiental significativo.

Uma vez que o Programa Espaço Atlântico é um enquadramento de políticas e financiamentos para potenciais projectos mas não inclui, em si próprio, projectos concretos, a descrição de efeitos e medidas é feita a um nível estratégico e generalizado.

### **7.2 Conteúdo do Programa Operacional Espaço Atlântico**

O objectivo global do Programa Operacional Espaço Atlântico para cooperação territorial transnacional (2007-2013) é o seguinte:

Atingir um progresso significativo e tangível na cooperação transnacional para um desenvolvimento territorial coeso, sustentável e equilibrado do Espaço Atlântico e do seu património marítimo.

O programa será aplicado através de quatro prioridades de carácter estratégico de particular relevo para o Espaço Atlântico. Para cada prioridade são definidos objectivos específicos. No parágrafo seguinte, é apresentada uma visão geral das prioridades e objectivos.

#### **A      PRIORIDADE 1: PROMOVER REDES DE INOVAÇÃO TRANSNACIONAL**

Objectivos:

- Objectivo 1.1: Desenvolver transferências de conhecimentos entre empresas e centros de investigação
- Objectivo 1.2: Melhorar as capacidades competitiva e de inovação em nichos de excelência de economia marítima
- Objectivo 1.3: Estimular a conversão económica e a diversificação promovendo o potencial endógeno regional

**B** PRIORIDADE 2: PROTEGER, SALVAGUARDAR E MELHORAR A SUSTENTABILIDADE DO AMBIENTE COSTEIRO E MARÍTIMO

Objectivos:

- Objectivo 2.1: Melhorar a segurança marítima
- Objectivo 2.2: Gestão sustentável e protecção de recursos de espaços marinhos
- Objectivo 2.3: Explorar o potencial de energias renováveis do ambiente marinho e costeiro
- Objectivo 2.4: Proteger e promover espaços naturais, recursos hídricos e zonas costeiras

**C** PRIORIDADE 3: MELHORAR A ACESSIBILIDADE E LIGAÇÕES INTERNAS

Objectivos:

- Objectivo 3.1: Promover a interoperacionalidade e continuidade de redes de transporte existentes e as intermodalidades marítima/viária/ferroviária/aérea
- Objectivo 3.2: Promover o transporte marítimo de curta distância e a cooperação entre portos

**D** PRIORIDADE 4: PROMOVER SINERGIAS TRANSNACIONAIS NO DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL SUSTENTÁVEL

Objectivos:

- Objectivo 4.1: Reunir recursos e conhecimentos no campo do desenvolvimento urbano e rural sustentável
- Objectivo 4.2: Tornar as cidades e as regiões mais influentes e atraentes através da criação de redes
- Objectivo 4.3: Conservar e promover o património cultural atlântico de interesse transnacional

### 7.3 Estado actual do ambiente no Espaço Atlântico

Pela sua diversidade e qualidade, é o ambiente das regiões atlânticas que lhes dá o seu carácter especial. Dispõem de muitos recursos menos danificados do que outras regiões do continente, mas este ambiente representa mais do que isso. Em particular, o ambiente marítimo físico do Espaço Atlântico, mas também todas as actividades que este gerou, representam um património precioso e um factor crucial de identidade comum, que tem de ser protegida e promovida.

A descrição do estado actual do ambiente no Espaço Atlântico presente neste relatório baseia-se no Programa Operacional 2007-2013 provisório, no Terceiro Relatório de Avaliação Ambiental Europeu (o chamado Relatório de Kiev, de 2003) e em informação proveniente de projectos co-financiados pelo Programa Operacional Espaço Atlântico 2000-2006.

### 7.4 Enquadramento político ambiental

O enquadramento político ambiental usado como referência para avaliar a consistência do Programa do Espaço Atlântico é composto pelo:

- **Sexto Programa Comunitário de Acção em Matéria de Ambiente 2002-2012 (6º PAMA)**<sup>10</sup>. Este programa destina-se às prioridades e objectivos ambientais principais de acordo com uma avaliação do estado do ambiente e das tendências predominantes, incluindo questões de emergência que requeiram a orientação da Comunidade. O Programa deve promover a integração das preocupações ambientais em todas as políticas da Comunidade e contribuir para a obtenção de um desenvolvimento sustentável em toda a Comunidade.
- As **Estratégias Temáticas** que foram preparadas pela Comissão Europeia de acordo com os requisitos do Sexto Programa de Acção em Matéria de Ambiente.

#### A PRIORIDADES DO PROGRAMA DE ACÇÃO EM MATÉRIA DE AMBIENTE 2002-2012

O Programa tem quatro prioridades:

1. alterações climáticas;
2. natureza e biodiversidade;
3. ambiente, saúde e qualidade de vida;
4. recursos naturais e resíduos.

As finalidades gerais destas quatro prioridades são formuladas do seguinte modo:

**Alterações climáticas:** destacar as alterações climáticas como um enorme desafio para os próximos 10 anos e seguintes e contribuir para o objectivo de longo prazo que visa estabilizar as concentrações de gás com efeitos de estufa na atmosfera num nível que previna a interferência antropogénica perigosa com o sistema climático.

**Natureza e biodiversidade:** proteger, conservar, restaurar e desenvolver o funcionamento de sistemas naturais, habitats naturais, flora e fauna selvagem com a finalidade de parar a desertificação e a perda de diversidade, incluindo diversidade de recursos genéticos, tanto na União Europeia como à escala mundial.

**Ambiente, saúde e qualidade de vida:** contribuir para um nível elevado de qualidade de vida e bem-estar social para os cidadãos, proporcionando um ambiente onde o nível de poluição não dê origem a efeitos nocivos na saúde humana e no ambiente e encorajando um desenvolvimento urbano sustentável.

**Recursos naturais e resíduos:** maior eficiência de recursos e gestão de resíduos para obter uma produção e padrões de consumo mais sustentáveis, dissociando, deste modo, a utilização de recursos e a produção de resíduos da taxa de crescimento económico e procurar garantir que o consumo de recursos renováveis e não renováveis não exceda a capacidade de renovação do ambiente.

## B ESTRATÉGIAS TEMÁTICAS AMBIENTAIS

Tendo as quatro prioridades por base, o Sexto Programa de Acção em Matéria de Ambiente exigiu que a Comissão Europeia elaborasse Estratégias Temáticas que abarcassem as seguintes áreas:

1. poluição atmosférica (adoptada a 21-09-2005);
2. prevenção e reciclagem de resíduos (adoptada a 21-12-2005);
3. protecção e conservação do ambiente marinho (adoptada a 24-10-2005);
4. solo (adoptada a 22-09-2006);
5. utilização sustentável de pesticidas (adoptada a 12-07-2006);
6. utilização sustentável de recursos (adoptada a 21-12-2005);
7. ambiente urbano (adoptada em 11-01-2006).

Estas Estratégias Temáticas funcionam por temas e não de acordo com poluentes específicos de actividades económicas. Têm uma perspectiva temporal mais longa na definição de objectivos ambientais mais claros para 2020 e, deste modo, fornecerá um enquadramento político estável. Por fim, concentram-se na identificação dos instrumentos

---

<sup>10</sup> Decisão N° 1600/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu de 22 de Julho de 2002

mais adequados para a concretização dos objectivos políticos europeus do modo menos penoso e mais eficiente possível. Estas estratégias são muitas vezes transversais (sobretudo a relacionada com o ambiente urbano) e é vital o estabelecimento de sinergias com outras políticas.

### **7.5 Avaliação ambiental do Programa Espaço Atlântico**

A Avaliação Ambiental Estratégica, como parte da avaliação posterior e anterior do Programa Operacional do Espaço Atlântico, é composta por duas partes:

- Uma análise da consistência do Programa do Espaço Atlântico com relevância para a política ambiental europeia geral, incorporada no Sexto Programa Comunitário de Acção em Matéria de Ambiente (as 4 Prioridades e as 7 Estratégias Temáticas);
- Uma descrição dos efeitos esperados/potenciais dos objectivos e acções do Programa divididos por temas.

Neste resumo não técnico, só é apresentada a avaliação geral por prioridades e objectivos na tabela seguinte.

Prioridades e objectivos		Avaliação geral
<b>Prioridade 1: Promover redes de inovação transnacional</b>		
Obj. 1.1: Desenvolver transferências de conhecimentos entre empresas e centros de investigação		Nenhum impacto ambiental significativo
Obj. 1.2: Melhorar as capacidades competitiva e de inovação em nichos de excelência de economia marítima		Nenhum impacto ambiental significativo
Obj. 1.3: Estimular a conversão económica e a diversificação promovendo o potencial endógeno regional		Nenhum impacto ambiental significativo
<b>Prioridade 2: Proteger, salvaguardar e melhorar a sustentabilidade do ambiente costeiro e marítimo</b>		
Obj. 2.1: Melhorar a segurança marítima		Contribuição marginal indirecta positiva
Obj. 2.2: Gestão sustentável e protecção de recursos de espaços marinhos		Contribuição marginal directa positiva
Obj. 2.3: Explorar o potencial de energias renováveis do ambiente marinho e costeiro		Contribuição marginal indirecta positiva
Obj. 2.4: Proteger e promover espaços naturais, recursos hídricos e zonas costeiras		Contribuição marginal directa positiva
<b>Prioridade 3: Melhorar a acessibilidade e ligações internas</b>		
Obj. 3.1: Promover a interoperacionalidade e continuidade de redes de transporte existente e as intermodalidades marítima/viária/ferroviária/aérea		Nenhum impacto ambiental significativo
Obj. 3.2: Promover o transporte marítimo de curta distância e a cooperação entre portos		Os projectos financiados no âmbito desta prioridade não terão, por si só, efeitos ambientais significativos devido à sua “pequena” dimensão. Contudo, os projectos destinados particularmente à promoção do transporte marítimo de curta distância, devem obrigatoriamente considerar possíveis efeitos ambientais que esta actividade teria caso fosse implementada. Os estudos financiados pelos Programas Espaço Atlântico anteriores incluíram seguramente considerações ambientais na avaliação da viabilidade das rotas de transporte marítimo de curta distância. Por esta razão, o avaliador está confiante de que as considerações ambientais permanecerão o factor essencial nos projectos no âmbito desta prioridade.
<b>Prioridade 4: Promover sinergias transnacionais no desenvolvimento urbano e regional sustentável</b>		
Obj. 4.1: Reunir recursos e conhecimentos no campo do desenvolvimento urbano e rural sustentável		Contribuição marginal directa positiva
Obj. 4.2: Tornar as cidades e as regiões mais influentes e atraentes através da criação de redes		Nenhum impacto ambiental significativo
Obj. 4.3: Conservar e promover o património cultural atlântico de interesse transnacional		Nenhum impacto ambiental significativo

## 7.6 Conclusões da avaliação ambiental

As conclusões seguintes podem ser retiradas tendo em conta o potencial impacto ambiental de cada uma das quatro prioridades do Programa Operacional Espaço Atlântico:

- **Prioridade 1** – Nenhum impacto ambiental significativo.
- **Prioridade 2** – Contribuição marginal directa positiva para o ambiente.
- **Prioridade 3** – Nenhum impacto ambiental significativo.
- **Prioridade 4** – Nenhum impacto ambiental significativo.

O impacto ambiental potencial do Programa Espaço Atlântico como um todo depende largamente do seu **orçamento** total (provavelmente cerca de 104.051.192 euros de FEDER) e da distribuição de meios financeiros entre as quatro prioridades e os objectivos específicos.

De salientar que, a uma escala europeia, os projectos com orçamentos desta dimensão só podem produzir um impacto geral económico, social e, portanto, também ambiental limitado. Uma transferência de meios financeiros não vai alterar este facto de modo significativo. Além disso, grande parte deste orçamento, mesmo para projectos com fins ambientais claros, será gasto na criação de estruturas transnacionais, na concepção de planos de acção, e outros, e apenas parcialmente na implementação de medidas ambientais concretas. Obviamente, isso não reduz o valor intrínseco dos objectivos do Programa Espaço Atlântico ou dos projectos individuais.

## 7.7 Sugestões para os procedimentos de selecção de projectos e controlo

### Seleccção de projectos

A estrutura de implementação descrita no Programa Operacional garantirá normalmente um selecção suficientemente criteriosa das candidaturas de projectos para que cumpram as prioridades e objectivos do Programa Espaço Atlântico, incluindo os seus objectivos ambientais e efeitos (secundários) ambientais positivos. Os procedimentos permitem direccionar as candidaturas de projectos com potencial suficiente para uma contribuição mais eficiente com vista à concretização dos objectivos.

Para garantir uma focalização adequada para as questões ambientais e de sustentabilidade, os organismos envolvidos no procedimento de selecção de projectos devem incluir um número de peritos ambientais adequado (como representantes de agências ambientais dos Estados-Membros). O requisito mínimo é a participação de um grupo de trabalho de aconselhamento transnacional ou, melhor, de um grupo de trabalho de aconselhamento específico dedicado a questões ambientais. Mas como estes grupos de trabalho têm uma

função estritamente de aconselhamento e não estão envolvidos no próprio projecto de selecção, também seria adequado que o Comité de Controlo e/ou Direcção de Direcção incluisse pelo menos um perito ambiental.

Devido a uma possível variedade grande de projectos propostos, é simultaneamente impossível e indesejável definir critérios de avaliação estritos para cada tópico ambiental. Os pareceres de peritos serão o principal factor de avaliação. No entanto, devem existir requisitos de qualidade mínimos e padronização nos resumos ambientais preparados pelos candidatos. Logicamente, estes padrões devem ser definidos pelo grupo de trabalho de aconselhamento sobre questões ambientais, que também emite pareceres especializados acerca das propostas de projectos. Obviamente, todas estas informações são também transmitidas ao Comité de Controlo, ao Comité de Direcção e ao Secretariado Técnico Conjunto.

Se estas sugestões forem seguidas, o procedimento de selecção conforme descrito no Programa Operacional deve garantir que todos os projectos seleccionados não só se adequam às prioridades e objectivo do Espaço Atlântico, mas até certo ponto também contribuem para objectivos ambientais que o Programa não trata especificamente.

## **Controlo**

Pela sua dimensão e natureza, muitos dos projectos seleccionados estarão sujeitos a avaliação ambiental na sua fase de execução, por exemplo, uma AAE no caso de um plano de desenvolvimento regional ou uma AIA no caso de projectos de infra-estruturas em betão. Essa AAE ou AIA fornecerá os instrumentos de controlo necessários. Mas também os projectos “livres” de uma avaliação ambiental formal devem ter os seus efeitos (secundários) ambientais controlados. Em todos os casos, o resumo ambiental a incluir na candidatura pode funcionar como documento de referência.

O aspectos ambientais a controlar e a forma como o controlo deve ser efectuado deve depender bastante do tipo de projecto. Não podem ser estabelecidos critérios de controlo nesta fase, mas estes devem ser determinados pelo Comité de Controlo, apoiado nesta questão pelo grupo de trabalho de aconselhamento sobre questões ambientais.